

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 15 de Setembro de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1084 • Director: Carlos Brito

Delegações
estrangeiras
falam
ao «Avante!»

festa
Avante!

Centrais

Ponte 25 de Abril

GOVERNO

Págs. 8, 9, 14 e 24

CEGO E SURDO



A proposta de concertação cavaquista

Sacrificar salários e retirar direitos

Nota da Comissão Política Pág. 5

Editorial **A Ponte do descontentamento**



Ocorreu um buzirão junto à residência do primeiro-ministro

RESUMO

7
Quarta-feira

O eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro envia uma carta ao Conselho e à Comissão Europeia, de forma a conhecer melhor as propostas francesa e alemã sobre a «Europa de geometria variável» ■ A Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril apela para que se reedite o «buzirão» junto à residência oficial do primeiro-ministro ■ A Federação dos Sindicatos da Função Pública anuncia que pretende pressionar o Governo a iniciar as negociações e a cumprir a revisão salarial intercalar ■ A Confederação de Comércio Português anuncia que só estará disponível para assinar um Acordo de Concertação Social, se o Governo decretar o encerramento obrigatório do comércio ao domingo ■ O BCP propõe adquirir um mínimo de 34,54 por cento do BPA, pela OPA que lançou ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros de seis países da América Latina lançam novos apelos para uma solução negociada do conflito no Haiti ■ As negociações entre cubanos e americanos são adiadas dois ou três dias. O secretário de Estado americano diz que a interrupção «não significa um fracasso» ■ As tropas britânicas começam a ser reduzidas no Ulster.

8
Quinta-feira

A CGTP acusa que o documento que o Governo apresentou para discussão na Comissão Permanente de Concertação Social «não responde a nenhuma das reivindicações essenciais dos trabalhadores e dos sindicatos» ■ Ocorre um «buzirão» junto à residência oficial do primeiro-ministro e ao Parlamento, como forma de protesto contra a portagem da ponte ■ Automobilistas buziram, em Ermesinde, junto a uma das portagens mais congestionadas do norte ■ São lançados alertas para uma nova onda de despedimentos de portugueses ao serviço dos EUA na Base das Lajes ■ Os soldados britânicos na Irlanda do Norte baixam oficialmente a guarda ■ Milhares de haitianos manifestam-se contra o embargo imposto ao país ■ A Grécia vota a primeira fatia de um empréstimo da Comunidade à Albânia ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros francês diz que as sanções internacionais contra Belgrado poderão ser levantadas gradualmente ■ As tropas americanas, britânicas e francesas deixam definitivamente Berlim.

9
Sexta-feira

A CGTP e a UGT chegam a consenso quanto à proposta de acordo económico e social para o desenvolvimento e emprego, apresentada pelo Governo ■ A OPA do BCP sobre o BPA é chumbada por Eduardo Catroga ■ Cuba e os EUA chegam a acordo sobre emigração: Havana tenta impedir a saída de cubanos e Washington admite 20 mil emigrantes por ano ■ A Sérvia aceita observadores internacionais no seu território para controlar o bloqueio aos rebeldes sérvios da Bósnia ■ Vem a público que os EUA começaram a recrutar refugiados haitianos para a formação de uma força policial no Haiti, após a invasão ■ Os líderes da FIS dizem-se dispostos a tentar solucionar a crise argelina, se forem libertados da prisão ■ Na Conferência do Cairo, é discutido o sexo juvenil ■ A Coreia do Norte apela para que se assinem um tratado de paz com os EUA ■ Um avião despenha-se no aeroporto de Pittsburgh, matando 131 pessoas.

10
Sábado

Um grupo de 19 associações comerciais de todo o país exige a demissão imediata do secretário de Estado do Comércio ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE rejeitam a ideia de uma Europa a duas velocidades ■ A Fretilin debate, em Lisboa, a reconciliação entre timorenses pró-independência e os defensores da integração na Indonésia ■ O Pentágono anuncia que o principal contingente da força que prepara a invasão do Haiti já foi mobilizado ■ 500 pessoas ficam feridas em manifestações contra o Governo, realizadas no Bangladesh ■ Realizam-se eleições na Alemanha para os parlamentos de Brandeburgo e da Saxónia.

11
Domingo

Os agricultores do conselho de Alcobaca ameaçam a Transgás com um novo boicote ■ Os primeiros-ministros da República da Irlanda e da Grã-Bretanha debatem o processo de paz no Ulster e concluem que os dois países seguem «a mesma direcção» ■ O secretário de Estado dos EUA diz que «os dias do Governo haitiano estão contados» ■ Realizam-se eleições na Alemanha para os parlamentos de Brandeburgo e da Saxónia. O PDS consegue bons resultados ■ O presidente da Crimeia dissolve o Parlamento ■ O presidente sírio prepara o povo para a paz com o «inimigo sionista».

12
Segunda-feira

Realiza-se uma reunião entre a CGTP e o ministro do Emprego e Segurança Social, terminando sem grandes resultados concretos ■ Laborinho Lúcio anuncia que vai haver mais meios para o combate à corrupção ■ O conselho de administração do BCP reúne-se para analisar o «não» à OPA sobre o BPA ■ Sabe-se que Xanana Gusmão enviou uma carta ao primeiro-ministro neo-zelandês, apelando para que este país continue a pressionar a Indonésia sobre Timor ■ O presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer, visita Portugal ■ Os EUA intensificam os preparativos militares para invadir o Haiti ■ Uma bomba explode em Dublin posta por uma milícia protestante ■ Um grupo de partidários do Parlamento da Crimeia apodera-se de um emissor de televisão ■ O Quebeque do Canadá elege o governo provincial ■ Cai um avião nos jardins da Casa Branca ■ Maria de Medeiros ganha o prémio de melhor actriz pelo filme «Três Irmãos», no festival de Veneza.

13
Terça-feira

A Associação dos Municípios Portugueses reúne-se para debater a cobrança directa de impostos pelas autarquias ■ A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento termina, no Cairo ■ Bloqueio e protestos na Ponte 25 de Abril, no 13º dia do buzirão contra o pagamento da portagem ■ PCP denuncia exibição de força na Ponte como «um sinal de intolerância, fraqueza e falta de razão» ■ GEOTA considera protestos contra pagamento de portagem como «contestação ao modo de governação» ■ Independentistas vencem eleições no Quebeque ■ Mediação das conversações de paz para Angola indica 26 de Setembro como data-limite para concluir conversações de Lusaca ■ Reunião em Maastricht, para estudar mudanças climáticas no mundo.

A Ponte do descontentamento

Revestiu um grande significado o novo surto de acções de protesto contra o aumento e a existência de portagens na Ponte 25 de Abril, que se verificou na passada terça-feira, 13 de Setembro,

Ficou demonstrado que nem a dispendiosa campanha de propaganda do Governo e nem a tática de intimidação e desgaste por este adoptada, para levar por diante as suas medidas, conseguiram vergar a enérgica repulsa da grande massa dos utentes.

O permanente «buzirão», que se manteve intenso ao longo de todos estes dias, era por si uma indicação muito expressiva de uma profunda e inabitual resistência, que só uma atitude de grande ligeireza podia subestimar.

Agora está ainda mais claro que não esmoreceu, em nada, antes parece ter-se robustecido, nesta metade de Setembro que se seguiu ao reinício da cobrança, o sentimento de que a portagem e ainda mais o seu aumento constituem uma flagrante injustiça, sobretudo para aqueles que passam a Ponte diariamente em razão do seu trabalho e da sua residência, como acontece, em especial, com a população da Margem Sul que trabalha em Lisboa.

A razão dos utentes tem-se, aliás, progressivamente fortalecido à medida que se tem demonstrado a sem razão do Governo.

A tese de que os aumentos se destinam a pagar a nova ponte do Montijo, recentemente assumida pelo próprio Primeiro-Ministro, transforma o aumento da portagem num verdadeiro imposto que se pretende aplicar discriminatoriamente a um certo tipo de portugueses - os que têm que passar na Ponte 25 de Abril - o que é inadmissível.

A posição do Governo é ainda moralmente mais censurável, porque tem mentido aos portugueses, não esclarecendo os compromissos que nas suas costas assumiu com os construtores da nova ponte do Montijo, a quem se prepara para entregar a própria cobrança da portagem na Ponte 25 de Abril.

É neste quadro que toda a questão da Ponte tem que ser reequacionada.

A atitude do Governo em persistir nos aumentos, a sua recusa em escutar e atender os legítimos e justos protestos populares, está a produzir um verdadeiro estrangulamento do país, com prejuízos económicos e sociais incalculáveis e de toda a ordem e que não deixarão de ter repercussões políticas.

As medidas repressivas e as represálias contra alguns de entre os milhares de utentes que espontaneamente se têm associado aos protestos só agravará a

situação e aprofundará o sentimento de solidariedade contra a clamorosa injustiça que está a ser praticada.

Só há uma verdadeira solução: acabar com a portagem!

É uma evidência que os protestos da Ponte 25 de Abril, sendo fundamentalmente motivados pela existência da portagem e pelo aumento agora decretado, assentam, no entanto, num fundo de descontentamento e de exasperação provocados pela generalizada degradação das condições sociais.

Acumulam-se na Ponte não só os descontentamentos que o seu injusto regime de exploração produz, mas todos os outros, especialmente de natureza social, que os que passam por ela já carregam consigo.

Estará muito distraído quem não perceber que nos protestos de 13 de Se-

Acumulam-se na Ponte não só os descontentamentos que o seu injusto regime de exploração produz, mas todos os outros, especialmente de natureza social, que os que passam por ela já carregam consigo.

tembro aflora, também, todo o mal-estar político e social que vai pelo país e não apenas o «mau viver suburbano», de que falou de forma redutora Pacheco Pereira.

Estão nestes protestos vivamente presentes o desemprego e os novos despedimentos que se anunciam, os salários em atraso, o trabalho incerto e precário, os salários degradados, as zonas de miséria e marginalização em crescimento, os aumentos dos custos da saúde, as ameaças à segurança social.

Toda a política governamental de Cavaco Silva tem sido um permanente factor de desestabilização social, mas o Governo e o PSD acabam de dar novos passos, especialmente graves nessa deplorável direcção, com o projecto de revisão da Constituição (em particular, na parte relativa aos direitos dos trabalhadores e aos direitos económico-sociais) e com a proposta do Governo em sede de concertação social.

Em relação a esta última, salientou Jerónimo de Sousa, ao apresentar, na terça-feira, as conclusões da Comissão

Política do PCP: «O Governo do PSD pretende, caso tivesse tempo, legalizar todas as práticas ilegais que hoje se verificam nas empresas por parte do patronato. Prosseguir os despedimentos, desregulamentar horários, reduzir salários e esvaziar o direito à contratação colectiva.»

Trata-se, pois, não de uma proposta de concertação, mas de conflito social, um verdadeiro novo e grave desafio aos trabalhadores, que exige uma resposta pronta, enérgica e maciça, no terreno da luta.

Tudo indica que se avizinha um Outono carregado de conflitualidade, quando o interesse do país, ainda mergulhado na crise (ao contrário das repetidas «retomas» anunciadas pelo Governo), aconselha que seja outra a dominante da vida nacional. A responsabilidade pelo crescente clima de conflito que se instala entre nós cabe, porém, por inteiro ao Governo de Cavaco Silva e ao partido governante - o PSD - e à política antipopular, antidemocrática e antinacional que persistem em prosseguir.

Por isso mesmo, é que em cada luta e processo parcial não se pode perder de vista o objectivo geral e fundamental que é a luta para derrotar e substituir o actual Governo e a sua política por um Governo e uma política de alternativa democrática.

O grande descontentamento popular e as firmes disposições combativas que os protestos de 13 de Setembro mais uma vez puseram em evidência, colocam às forças de oposição, à esquerda do Governo, a grave obrigação de responderem pela sua acção a este inadiável imperativo da vida nacional.

Não, naturalmente, na forma política praticada pelo PS, que procura cavalgar e instrumentalizar todos os acontecimentos e processos de luta quando julga que podem servir os seus objectivos egoístas de hegemonização da oposição e de corrida para o poder, mas que se cala perante propostas infames, como as apresentadas pelo Governo e as confederações patronais na «concertação social», para não beliscar os interesses do grande capital.

Mas participando activamente na luta, como faz o PCP, e empenhando-se, como ele, na definição séria e responsável de uma política que responda aos problemas e necessidades do nosso povo e do nosso país e numa credível solução política de Governo, que mereça o apoio de todas as forças democráticas da oposição, representando, assim, uma verdadeira alternativa democrática.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socio Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socio Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linbó — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS *

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)

50 números: 6 750\$00;

25 números: 3 487\$50

ESPANHA

50 números: 13 300\$00

EUROPA

50 números: 24 750\$00

GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU

50 números: 26 650\$00

EXTRA-EUROPA

50 números: 39 950\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____ Telef. _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Atribuições de Guterres

Por mais que Guterres se esfalte e agite a sua «nova maioria» (a expressão que encontrou para evitar outras como «maioria sozinha» ou «maioria absoluta» que provocam riso) não consegue, apesar de todas estas cautelas e subtilidades, ganhar credibilidade.

Nem mesmo os mais chegados acreditam, como revelou há dias o inevitável Daniel Bessa.

Dir-se-ia que o Secretário-Geral do PS desfaz com uma mão o que faz com a outra.

Aconteceu assim com os números mais «sérios» que tinha preparado para a «rentrée».

A ida a Viana do Castelo para se mostrar na romaria da Senhora da Agonia, misturada com um discurso propagandístico na Câmara Municipal, acabou por cair mal, como uma tentativa de cavalgar e instrumentalizar uma festa religiosa e popular, das maiores que se realizam no país. Aconteceu o mesmo com a imposição da sua pessoa na «Expo-94» de Abrantes. Desenha-se uma ridícula tendência para transformar as autarquias de maioria PS em palcos de exibição do Secretário-Geral deste partido.

Também não correu bem a visita de Guterres ao Presidente da República. Umas confu-

sas declarações sobre «árbitros» e «treinadores» vieram chamar a atenção para as divergências existentes entre o Secretário-Geral do PS e o «primeiro dos socialistas».

Em matéria de divergências, o panorama é muito curioso. Ao mesmo tempo que os serviços de propaganda do PS agitam adesões aos «estados gerais», vêm a público rumores cada vez mais consistentes das divisões internas que dilaceram este partido.

E são de monta os motivos das divisões. Nada menos que a revisão da Constituição, a fraca oposição ao Governo e ao PSD, a «direitização» de todas as orientações, as alianças, a alternativa, as promoções internas e as escolhas de «ministeriáveis», a beneficiar os «frades e os capuchinhos», isto é, os meios mais afectos à Igreja.

A estratégia que levou o PS a desencadear um processo de revisão da Constituição visivelmente perigoso e aventureiro, só seria mesmo apoiada pelo núcleo mais guterrista do Secretariado Nacional.

Não escapou, aliás, aos observadores mais atentos, a frouxa réplica apresentada por

Lação às severas críticas do PCP, sobre o papel do PS na revisão.

Os porta-vozes têm dado uma inestimável contribuição para ilustrar o lamentável projecto político da «nova maioria». O da indústria apresentando as teses requeitadas do «capitalismo popular» como última descoberta e solução para o país. O da saúde sempre a exaltar as semelhanças entre o PS e o PSD e a exibir num semanário as suas fixações anticomunistas. O da economia, depois de tomar partido pelo BCP, na quebra do BPA, aparece agora ao lado da CIP defender a abolição do salário mínimo nacional, a manifestar a sua compreensão pelas preocupações de Cavaco em relação à regionalização e a sugerir um tecto salarial para a função pública.

As atribuições de Guterres estão-se a tornar um tema obrigatório da crónica pícara do país. O que choca é ver várias pessoas de esquerda deixarem-se envolver, agora, nas peripécias desta crónica, que não favorece, mas enfraquece, a luta contra e pela substituição do cavaquismo.

■ Carlos Brito

O código genético do PSD

Na revista da última edição do «Expresso», António Pinto Leite, antigo responsável da Distrital de Lisboa do PSD, publicou um artigo que, pelo seu conteúdo, testemunha que a cultura política dominante no partido do Governo assenta numa clamorosa falta de escrúpulos morais e políticos e é profundamente tributária de concepções, valores e posturas que foram política de Estado durante toda a ditadura fascista.

Segundo Pinto Leite, teria «*agora início um ciclo político decisivo para o futuro do nosso país*», «*dentro de um ano e pouco, tudo poderá ter mudado, tudo poderá ser diferente na política em Portugal*» e isto por causa da «*inevitabilidade*» do abandono por Mário Soares da Presidência da República e, «*quase certo*», da própria política activa e da «*probabilidade*» de Cavaco Silva, «*candidatando-se a uma terceira maioria absoluta*», deixar as funções de Primeiro-Ministro, «*se não conseguir esse objectivo*».

Como era de prever, rapidamente Pinto Leite chega onde queria chegar, ou seja, à ideia de que «*o país terá a percepção de que a saída de ambos poderá trazer um perigoso vazio*» e «*seria o deserto*», que «*este ciclo político, ou renova as condições de estabilidade e a liderança de Cavaco Silva, ou redundará numa trapalhada democrática ao melhor estilo dos bons velhos tempos da Primeira República*», para depois poder concluir triunfalmente que «*o facto de a decisão eleitoral de dar ou não dar a Cavaco Silva uma nova maioria absoluta coincidir com o afastamento de Mário Soares é favorável a Cavaco Silva*».

Tudo isto tem de ser lido em articulação com a rábula exercitada por Cavaco Silva na entrevista à SIC, designadamente quando se

apresentou, tal como o outro de má memória, como um simples Professor de Economia que teria horror à política, que não seria político e que só teria ascendido a funções governativas e nelas se mantido há tantos anos por uma inarredável conjunção do destino com o interesse nacional.

Pelos vistos, é este o repugnante código genético e a indigna idiosincrasia do PSD: o caudilhismo apenas tolhido quanto a piores expressões por força de regras democráticas que incomodam; a convicção de que o País quase teria começado com Cavaco Silva e se arrisca a quase acabar com a sua derrota; a desmedida arrogância de só verem deserto quando olham para fora do seu serralho; a ideia de que o Chefe Supremo e o seu partido são proprietários exclusivos da estabilidade, do progresso e do interesse nacional.

O artigo de Pinto Leite serve de aviso, que deve ser levado a sério, de que, para o PSD, na próxima campanha eleitoral valerá tudo até tirar olhos, sendo mesmo de admitir que a chantagem das catástrofes previstas para depois de uma derrota do PSD venha a ultrapassar largamente a dificuldade de comprar frigoríficos que foi agitada em 1991.

Mas trata-se também da cristalina confissão de que, para o PSD, já não se trataria tanto de pretender revigorar ou dar novo fôlego ao projecto desse partido para a sociedade portuguesa, mas sobretudo de explorar desavergonhadamente as potencialidades do fomento do medo de uma orfandade política e da vertigem de um culto invertebrado do Chefe e do seu suposto casamento político com a Pátria.

■ Vitor Dias

FREE

Avencença com que o primeiro-ministro apontou no Pontal que o PSD «*tem que ser inconformista até à medula*» e «*aberto à sociedade*», se parecia à primeira vista uma retórica incapaz de animar qualquer militância, justo é reconhecer que está a ter os mais surpreendentes e tonificantes efeitos nas hostes laranja.

Não estamos a referir-nos às prestações analíticas dos drs. Marcelo Rebelo de Sousa e José Pacheco Pereira, apesar da nítida overdose da última semana. Nem ao aumento da quilometragem e dos telejornais dos ministros e secretários de Estado, na visível *rentrée* do

bronze. Não. O que hoje fixa a nossa atenção, sobretudo, é o empenho revelado por alguns deputados do PSD em relação à frente económica e o acrescido contributo que, directa e devotadamente, decidiram dar à dinamização empresarial e à (tão adiada) retoma económica do país.

A notícia é do Independente, e o exemplo deveras magnífico.

Três deputados do PSD - José Pacheco Pereira, Gomes da Silva e Luís Geraldes - resolveram constituir uma empresa, a FREE, Fomento e Reorganização Empresarial na Europa, para a elaboração de

projectos de «*joint-ventures*» e a criação de empresas de «*trading*». Como é referido na notícia, a ideia é de «*criar empresas em Portugal com estrangeiros interessados em investir*» e, como afirmou o deputado Luís Geraldes, «*todos os sócios têm muitos conhecimentos, e se daí resultarem negócios seria óptimo*».

Para o país são óbvios e múltiplos os benefícios que poderá retirar do melhor aproveitamento desses senhores deputados. Passará a contar com artigos do dr Pacheco Pereira também no Semanário Económico, na Fortuna e noutras publicações da especialidade. Os Passos Perdidos da

Assembleia, tão desaproveitados actualmente com os bocejos da maioria, passarão a ter outra animação e utilidade. E até as deslocções de ministros e de secretários de Estado ao parlamento, até aqui rateadas, adquirirão sem dúvida outra (insustentável) leveza.

«*Nós somos políticos*», sublinhou o deputado Luís Geraldes a respeito dos sócios da FREE e da natureza essencial do investimento que fizeram. Significa isto que, depois da ofensiva contra o sector público, chegou agora a hora da privatização dos deputados do PSD?

■ Edgar Correia

KOHL

põe a nu Maastricht

As declarações do Primeiro-Ministro francês, Eduard Balladur, em entrevista ao «*Le Figaro*» (30/8) e, sobretudo, as posições contidas no documento da CDU/CSU do chanceler alemão Helmut Kohl (1/9) têm o mérito de sublinhar a extraordinária importância política da batalha em torno da revisão do Tratado de Maastricht cujo horizonte é 1996 mas que entrou já, com toda a evidência, na ordem do dia.

A cínica franqueza e mesmo brutalidade («*Rudesse germanique*» titula o «*Le Monde*» de 5/9) com que a direita alemã e francesa no poder anunciaram linhas fundamentais dos seus projectos de revisão do Tratado da União Europeia surpreenderam muitos comentadores. «*Inabilidade diplomática?*» «*Falta de sentido de oportunidade?*» «*Motivações de carácter interno*» relacionadas com as eleições de 19 de Outubro na Alemanha e as presidenciais francesas da próxima Primavera? Actos de «*pressão política*» visando a imposição dos socialmente devastadores «*critérios de convergência nominal*» e as receitas anti-sociais do «*Livro Branco*»? De tudo isto existe um pouco certamente. Porém, a motivação daquelas posições - «*núcleo duro*», Europa de «*círculos concêntricos*» ou a «*várias velocidades*», generalização do voto por maioria, transformação do P.E. num «*verdadeiro órgão legislativo*», revisão da ponderação dos votos no Conselho em ligação com o peso populacional, adopção de uma «*autêntica*» PESC, etc. - nada tem de circunstancial.

Perante as críticas e protestos suscitados pelo documento do seu partido - que teve a ousadia de precisar que o «*núcleo duro*» da «*nova Europa*» em torno do qual todos os outros países gravitariam, se resumia à Alemanha, França e países do Benelux - Kohl limitou-se a pôr água na fervura procurando tranquilizar os governos amigos de outros países que as posições do seu partido colocaram em dificuldades. Mas as simples «*ideias para o debate*» a que Kohl se referiu correspondem na verdade a projectos bem definidos de construção de uma Europa dominada pelo grande capital transnacional, comandada por um Directório de grandes potências, assente no eixo franco-alemão e hegemonizado pela Alemanha. É particularmente significativo que o referido documento da CDU/CSU alemã afirme explicitamente que «*nenhuma acção significativa no domínio da política externa europeia deve ser avançada sem prévia concertação franco-alemã*». Com a aproximação da revisão do Tratado da U.E. a «*Europa*» que o grande capital tem vindo a impor é forçada a sair, ainda que parcialmente, da clandestinidade.

O Tratado de Maastricht, o tal que era apresentado ao nosso povo como única e inquestionável via para a «*construção europeia*», está moribundo. Mas a sua natureza de classe e a sua lógica federalista supranacional aí está, mais atrevida e arrogante do que nunca. Definindo «*núcleos duros*» e «*Directórios*», hierarquizando países, congeminando esquemas de integração e de poder supranacional. Esquemas que, a concretizarem-se, significariam uma inaceitável subalternização de países como Portugal na própria U.E. e, simultaneamente, um novo passo de cariz neocolonialista em direcção aos países do centro e leste da Europa, em relação aos quais são sobejamente conhecidas as pretensões hegemónicas da grande Alemanha.

Tudo isto confirma a justeza da luta do nosso partido contra o Tratado de Maastricht, pela salvaguarda da soberania nacional, por uma outra Europa de paz, amizade e cooperação, construída democraticamente, entre países soberanos e iguais em direitos.

A. N.



Neste número:

O REFORÇO DO PARTIDO ENTRE OS TRABALHADORES

O nosso Partido vai realizar em Novembro próximo uma Conferência Nacional dedicada ao tema «Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores».

Uma primeira análise a essas modificações realizou-a o Partido quando do XIV Congresso. Essas modificações foram aprovadas...

Um tema de grande importância para a vida do Partido, para a sua correcta actuação, para o fortalecimento da sua influência...



Um tema de grande importância para a vida do Partido, para a sua correcta actuação, para o fortalecimento da sua influência...

OS COMUNISTAS E O EXERCÍCIO DO PODER

Os comunistas e o exercício do poder é um tema de grande importância para a vida do Partido...

Mas é um assunto muito relevante a que o Partido tem de prestar uma grande atenção. Ele pressupõe especificamente...



Um tema de grande importância para a vida do Partido, para a sua correcta actuação, para o fortalecimento da sua influência...

KARL MARX: A TEORIA, FORÇA MATERIAL

A sua teoria é a que a teoria pode transformar-se — em outras palavras — em força material...

«Não basta que o pensamento se encaminhe para a sua realização; é preciso que a realidade se encaminhe para o pensamento»...



YASCO DE MOURA, VILHENA, Filósofo e historiador. Foi professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa...



Morte das ameijoas PCP denuncia irresponsabilidade e ignorância

A mortalidade anormal que este ano tem atingido as ameijoas em Olhão é, segundo uma nota do PCP, consequência de atitudes irresponsáveis e da «ignorância e insensibilidade dos serviços da autarquia».

«assume que a pesca em Olhão é um sector para deixar cair e que os pescadores vão ter de se dedicar ao turismo».

para para o ar, falando na dragagem, tal como o presidente da Câmara».

se medidas quer para minorar os efeitos desta calamidade quer para encontrar soluções para os problemas que afectam os viveiristas sendo um deles a defesa da própria Ria Formosa.

Com o aproximar do Verão o sobressalto dos viveiristas é constante já que devido à elevação das temperaturas das águas e ao aumento da pressão turística, a Ria Formosa dificilmente consegue a regeneração dos sistemas e a morte das ameijoas torna-se inevitável.

Por outro lado, o PCP afirma que «a Associação do sr. Manjua, comprometida como está com os presidentes e com os poderes de uma forma geral, não tem autoridade nem voz para pôr o dedo na ferida e então dis-

se medidas quer para minorar os efeitos desta calamidade quer para encontrar soluções para os problemas que afectam os viveiristas sendo um deles a defesa da própria Ria Formosa.

Os comunistas defendem o diálogo mas alertam que os viveiristas «não podem ir atrás de quem promete dinheiros e que depois nem sequer cumpre».

Segundo a Comissão Concelhia de Olhão, a mortalidade tem este ano afectado novas zonas, ao que não será estranho o facto de a estação de tratamento de esgotos se encontrar inactiva.

Após a recepção nos paços do concelho, seguiu-se o almoço e uma visita pela cidade, com passagem pelo centro histórico e por diversas obras que a autarquia tem vindo a realizar ao longo dos últimos anos.

De seguida, a delegação rumou a Montemor-o-Novo onde foi recebida na Câmara Municipal

pelos vereadores José Grulha, João Caldeira e Albino Reis. Mais tarde, o dirigente comunista cubano, acompanhado de António Gervásio e Rogério Arraiolos, ambos do Comité Central, encontraram-se no Centro de Trabalho de Montemor com vários militantes do Partido e numerosos activistas da JCP numa sessão que abordou a actual situação em Cuba e que terminou com um lanche de convívio para todos os presentes.

Acresce que poucos dias antes do festival do marisco, foi feita a desbaratização do Jardim «O pescador Olhanense», e as correspondentes descargas foram feitas para a Ria numa altura de marés mortas.

De seguida, a delegação rumou a Montemor-o-Novo onde foi recebida na Câmara Municipal

pelos vereadores José Grulha, João Caldeira e Albino Reis. Mais tarde, o dirigente comunista cubano, acompanhado de António Gervásio e Rogério Arraiolos, ambos do Comité Central, encontraram-se no Centro de Trabalho de Montemor com vários militantes do Partido e numerosos activistas da JCP numa sessão que abordou a actual situação em Cuba e que terminou com um lanche de convívio para todos os presentes.

Nas duas cidades visitadas, o camarada Guvmam pode verificar a solidariedade dos comunistas alentejanos com Cuba e a grande confiança que manifestam na coragem do povo cubano contra o bloqueio imposto pelos Estados Unidos.

CAMARADAS FALECIDOS

João Labaredas
Faleceu João Labaredas, jovem activista da JCP e construtor da Festa do «Avante!», num acidente na Atalaia.

Cesaltino Aço
Faleceu, no passado dia 19 de Agosto, Cesaltino Nunes Aço, com 78 anos. Era natural da Freguesia de Benavila, onde residia. Ligado ao Partido desde os tempos da clandestinidade (1948), esteve preso várias vezes.

António Pereira
Faleceu, no passado dia 1 de corrente mês, vítima de acidente, António Silva Pereira, que conta 73 anos e era reformado da Parry & Son, Estava organizado na Comissão de Freguesia de Almada.

Eduardo da Silveira
Faleceu, no passado dia 22 de Agosto, Eduardo Hipólito da Silveira que contava 88 anos. Esteve preso em 1936 e 1938 nas prisões fascistas do Aljube e de Peniche. Actualmente, pertencida à organização dos Olivais.

José da Silva
Faleceu, no passado dia 3 do corrente mês, José António Lopes da Silva de 40 anos. Militante comunista, foi eleito após o 25 de Abril para a Assembleia de Freguesia de Santa Catarina, onde era actualmente membro da respectiva Junta. Era ainda membro da Direcção da Associação de Pais dos Alunos do Passos Manuel.

SATA «desvia» avião
Um comunicado do PCP/Açores acusa a administração da SATA de ter tomado «uma atitude inqualificável» na passada sexta-feira, ao ter desviado o avião que faz a ligação para a ilha das Flores e Graciosa para substituir outros aparelhos paralisados pela greve do pessoal de cabine.

SATA «desvia» avião

Um comunicado do PCP/Açores acusa a administração da SATA de ter tomado «uma atitude inqualificável» na passada sexta-feira, ao ter desviado o avião que faz a ligação para a ilha das Flores e Graciosa para substituir outros aparelhos paralisados pela greve do pessoal de cabine.

Os comunistas contestam esta decisão de desrespeito pelos utentes dessas linhas, considerando que foi uma «forma grosseira de diminuir os efeitos e o impacto da greve desviando o avião para linhas paralisadas».

A companhia de aviação dos Açores possui aviões ATP e aviões Dornier. Os primeiros têm na sua tripulação pessoal de cabine que no passado dia 9 cumpriram uma greve, o que acabou por imobilizar os aparelhos.

O PCP adianta ainda que «uma boa parte da capacidade do avião Dornier desviado para linhas paralisadas foi utilizada por membros do Governo e participantes em iniciativas governamentais».

Entretanto, o avião Dornier, não afectado pela greve, foi desviado pela SATA para as carreiras entre Horta-Terceira-Ponta Delgada, não efectuando desta forma os vãos normais para as Flores e Graciosa.

O comunicado do PCP sublinha que o Governo Regional «responsável pela tutela da SATA, deverá assegurar que essa empresa cubra as despesas dos passageiros afectados e deverá, de imediato, esclarecer quem ordenou um procedimento tão insólito».

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Nota Comissão Política Sacrificar salários retirar direitos

Na passada terça-feira, Jerónimo de Sousa apresentou, em conferência de imprensa, as conclusões da reunião da Comissão Política, cujo texto publicamos de seguida

Na sua reunião de ontem, a Comissão Política do PCP analisou os aspectos mais salientes da situação política e social, dando particular relevância à apresentação, pelo Governo em sede de Concertação Social, de uma proposta que, pelos seus objectivos e conteúdo, corresponde a mais um passo na escalada actualmente desenvolvida contra os trabalhadores, os seus direitos e os seus salários.

O Governo do PSD, em conformidade com as orientações do grande capital europeu e das multinacionais, adoptando e adaptando-se às exigências das Confederações patronais, quer simultaneamente usar o denominado Acordo Social como instrumento político eleitoralista.

A Comissão Política chama a atenção para a falta de credibilidade social e de legitimidade política do Governo para exigir um Acordo de até 1999 quando não resolve os grandes problemas do presente e do momento em que vai entrar no ano terminal do seu mandato.

A proposta do Governo do PSD, descontadas que sejam as ditas e reditas medidas complementares de promoção de emprego, proclamadas dias antes das eleições autárquicas e a dois dias das eleições para o Parlamento Europeu, sucessivamente divulgadas na Comunicação Social e inseridas no PDR, visa de facto aumentar a exploração dos trabalhadores e glorificar o lucro desmesurado do grande patronato.

A Comissão Política do PCP recorda que o Acordo de 90 firmemente rejeitado pela CGTP e usado posteriormente como bandeira eleitoral do PSD referia a necessidade do pacote laboral como condição para combater o desemprego. Na altura, havia 200 mil desempregados. Actualmente caminha-se para os 400 mil. Com esta nova proposta o Governo do PSD transforma a competitividade das empresas num valor supremo, acentua a sua vontade em prosseguir a entrega das empresas ao capital estrangeiro, propõe como primeira medida para a Administração Pública a privatização de bens e serviços, garante reforçadas benesses fiscais ao grande capital e exige redobrados sacrifícios aos trabalhadores.

Por detrás duma linguagem codificada e eufemística da "competitividade, partilha de sacrifícios, flexibilização das leis laborais, mobilidade, polivalência, adaptabilidade dos horários de trabalho, recomposição dos quadros das empresas e reforço da moderação salarial", o Governo do PSD pretende, caso tivesse tempo, legalizar todas as práticas ilegais que hoje se verificam nas empresas por parte do patronato. Prosseguir os despedimentos, desregular horários, reduzir salários e esvaziar o direito à contratação colectiva.

A Comissão Política alerta, ainda, todos os trabalhadores e quadros técnicos para a proposta do Governo na área da Segurança Social que no fundamental visa criar um regime de excepção para os pobres e excluir a generalidade dos trabalhadores a começar por aqueles com salários acima da média.

O documento do Governo não responde a nenhum dos grandes problemas com que a economia e os trabalhadores portugueses se debatem. Identifica as insuficiências que afectam a competitividade das empresas sem nunca referir os salários e os direitos dos trabalhadores como factores que pesam de forma determinante nessa falta de competitividade. Mas surpreendentemente a única proposta que apresenta é sacrificar mais os salários e retirar mais direitos sociais e laborais.

A Comissão Política denuncia a hipocrisia do Primeiro-Ministro quando há dias, por palavras, combatia a Europa a duas velocidades, enquanto na Concertação Social propõe a manutenção e a acentuação do fosso que separa os salários dos trabalhadores portugueses dos restantes trabalhadores dos países da Comunidade, como pode verificar-se na última proposta do capítulo de rendimentos e preços.

O Primeiro-Ministro, mesmo quando proclama a retoma da economia, estilhaça a sua promessa de aproximação ao poletão da frente e recusa o princípio de coesão social da Europa.

O PCP considera que a tentativa de levar a concertação às empresas, expressa na proposta, visa fundamentalmente concretizar uma nova linha ideológica e estratégica do grande capital na mira de co-responsabilizar os Sindicatos nas "escolhas dolorosas" para os trabalhadores e retirar da contratação colectiva direitos e conquistas nela consagrados.

Prova inequívoca deste objectivo é o conteúdo do projecto do PSD para a revisão constitucional quando propõe, para além da privatização da Segurança Social e da Saúde, a liquidação das Comissões de Trabalhadores, dos seus direitos de intervenção e

participação democrática nas empresas e a descaracterização do direito de greve.

É inquietante o facto do Partido Socialista, tão célebre em realizar operações mediáticas, manter um estranho e comprometedor silêncio, após ter conhecimento das propostas do Governo que retomam no essencial as propostas da CIP.

Refugiando-se no falacioso argumento de que os Partido não têm que se pronunciar sobre matérias que envolvem direitos fundamentais dos trabalhadores quando são tratados na concertação. O Partido Socialista demite-se de intervenção social e demarca-se das aspirações, interesses e problemas com que se debatem milhares de trabalhadores.

A Comissão Política do PCP sublinha a contradição do Secretário-Geral do PS quando acata o aviso de Cavaco Silva para não se pronunciar sobre o processo que decorre na Concertação Social, enquanto o seu porta-voz para as questões de economia veio defender, na passada Sexta-feira, um tecto salarial para a Função Pública e o fim do salário mínimo nacional, também à semelhança do que a CIP reivindica.

A Comissão Política do PCP considera indispensável e decisivo o conhecimento e esclarecimento desta peça do Governo, envolvendo e mobilizando os trabalhadores para através da acção reivindicativa e da luta suster e derrotar mais esta perigosa tentativa virada para a destruição do edifício jurídico-laboral e das conquistas e direitos dos trabalhadores.

A luta contra a proposta do Governo é inseparável da defesa da Constituição e dos direitos que ela consagra.

Nenhuma força política, social e sindical identificada com o progresso se pode demitir desta batalha que envolve os próprios fundamentos do regime democrático resultante do 25 de Abril.

O autismo do Governo e a questão da Ponte 25 de Abril

Os acontecimentos hoje verificados na Ponte 25 de Abril e o protesto contínuo dos utentes com o barulho das buzinas, passagens lentas e palavras duras mostra com clareza a condenação da política do Governo, das suas pseudomedidas, dos milhares de contos gastos com propaganda e da sua postura de quero, posso e mando. A exibição de força feita hoje é um sinal de intolerância mas também de fraqueza e de falta de razão.

Os habitantes da margem Sul não podem continuar a ser penalizados para entrarem em Lisboa. Os habitantes da margem Sul não podem ser os pagantes da nova Ponte sobre o Tejo. A posição de recusa de diálogo por parte do Ministro das Obras Públicas é intolerável. O Governo é o responsável pelo prejuízo causado aos utentes e à economia nacional em horas de trabalho, gastos de gasolina, depreciação das viaturas, pela sua postura sobranceira e arrogante.

O PCP vai exigir, por intermédio do seu grupo parlamentar, a presença do Ministro das Obras Públicas na Assembleia da República e logo que esta esteja em funcionamento tudo fará para levar ao Plenário o seu projecto de lei.

É inadmissível que o Governo se mantenha surdo e cego face aos prejuízos e ao mal-estar que a sua intransigência está a causar às populações da Margem Sul, resumindo tudo a uma questão de autoritarismo.

A questão da OPA do BCP sobre o BPA

A Comissão Política do PCP considera a querela em torno da OPA do BCP sobre o BPA e da decisão de a inviabilizar pelo Ministro das Finanças é, no essencial, a expressão dos conflitos de interesses que se manifestam no quadro do condenável processo de reconstituição das oligarquias financeiras cuja responsabilidade política pertence ao PSD, ao PS e ao CDS.

Aqueles que sempre fecharam os olhos ao regabofe, ao escândalo das privatizações e à desregulamentação generalizada são os mesmos que agora se mostraram muito preocupados com a possibilidade de alavancas fundamentais da economia, como o BPA, passarem para mãos estrangeiras.



É tão cínica e demagógica a invocação do «interesse público e nacional» por uns como a invocação das «leis do mercado» por outros. Com efeito, uns e outros sabem que, no fundamental, estão cuidando sim dos seus interesses egoístas e uns e outros sabem que a reconstituição do poder do grande capital sobre a economia nacional se vem de há muito fazendo, não como resultado das «leis da concorrência» ou do «mercado», mas como consequência da deliberada orientação, intervenção e decisões de sucessivos governos, designadamente através da reprivatização do sector empresarial do Estado e do saque das empresas e bens públicos, com o seu cortejo de ilegalidades e corrupção.

Como o PCP advertiu atempadamente e defendeu vezes sem conta, o que a defesa do interesse público e nacional e a legítima preocupação de evitar um crescente controlo por estrangeiros do sistema financeiro nacional impunha era, não a privatização, mas a manutenção no sector público do BPA, primeiro banco comercial português.

Sem prejuízo das óbvias e directas responsabilidades do Governo do PSD, é a lógica profunda do processo de privatizações que conduz à crescente tomada de posições de estrangeiros no sistema financeiro nacional, sendo igualmente certo que mesmo os sectores ou grupos económicos que hoje se procuram apresentar como grupos «nacionais» com reservas à penetração estrangeira, não dão qualquer garantia de não adoptarem no futuro a associação ou dependência de grupos estrangeiros que hoje criticam noutros.

O escuro processo de alienação e compadrio das privatizações tem transferido encapotadamente milhões de contos do erário público para os bolsos privados e não pode deixar de ter significado - quem não deve não teme - que a maioria do PSD na Assembleia da República sempre se tenha oposto ao inquérito parlamentar sobre as privatizações proposto pelo PCP.

A opinião pública nacional não pode deixar de reter que o folhetim da OPA do BCP sobre o BPA ilustra de forma particularmente chocante o predomínio na economia nacional das jogadas financeiras e da mobilização de recursos ao serviço de meras transferências de propriedade em prejuízo do desenvolvimento do país, da actividade produtiva e da criação de riqueza e de emprego.

Dinamização da actividade partidária

A Comissão Política procedeu a um primeiro balanço da Festa do "Avante!", salientando que a sua realização se traduziu numa importante confirmação da capacidade de mobilização e influência do PCP e das favoráveis perspectivas que se abrem ao desenvolvimento da sua intervenção na vida nacional.

A par da contribuição dos comunistas para o desenvolvimento da luta social em defesa dos direitos e condições de vida dos trabalhadores e do povo, a Comissão Política analisou e tomou diversas decisões relativas ao andamento de outras importantes tarefas, designadamente em relação ao processo da revisão da Constituição, à preparação da Conferência Nacional sobre "Renovar e reforçar a organização, a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores" e ao «Debate com o País para uma nova política».

Neste contexto, são de assinalar a apresentação no dia 20 do projecto de revisão constitucional do PCP, a realização em 29 de Setembro de uma sessão pública de apresentação do «Debate com o País para uma nova política» em que intervirá o Secretário-geral do PCP e a realização, em 1 e 2 de Outubro, de uma reunião do Comité Central para debater a situação política e as tarefas do Partido.

SOLISNOR NÃO ANULOU

As 340 cartas de despedimento enviadas antes da assembleia de trabalhadores que, em 4 de Agosto, decidiu aceitar o acordo que inviabiliza a pretendida liquidação de 1254 postos de trabalho, afinal não foram anuladas pela administração da Solisnor/Setenave. Este procedimento, no entender da comissão de trabalhadores e da comissão intersindical da empresa, viola o estabelecido no acordo, pelo que as ORTs solicitaram a intervenção urgente da Inspeção de Trabalho e uma audiência ao Governador Civil de Setúbal, «não excluindo outras acções que se julguem adequadas».

Numa nota de imprensa distribuída sexta-feira, a CT e a CIS recordam que a 13 de Junho a administração iniciou um processo de despedimento colectivo de 1254 trabalhadores. Numa assembleia realizada a 13 de Julho, foi rejeitada a proposta de acordo interno. «Perante a gravidade da situação», uma nova assembleia de trabalhadores decidiu aprovar o acordo, travando assim o processo de despedimento.

RST TEM 20 DIAS

Cerca de 300 trabalhadores da Rodoviária do Sul do Tejo participaram no plenário que, no dia 7, decidiu voltar a recolher as viaturas, com concentração do pessoal junto à sede da empresa, caso, dentro de 20 dias, não haja resposta da administração às suas reivindicações, nomeadamente a reabertura das negociações salariais, a redução do horário de trabalho para 40 horas semanais e o arquivamento de vários processos disciplinares instaurados.

A administração da RST encerrou as negociações em Junho depois de ter aplicado um «aumento» salarial de dois por cento.

GUARDA CONTRA CENSURA

Os trabalhadores da Rádio Alitude protestaram sexta-feira junto ao Governo Civil da Guarda contra alegadas acções de censura praticadas por Valério do Couto, director da rádio e do hospital distrital local. Um telegrama da Lusa refere que esta acção surgiu após a nomeação de Manuel Madeira Grilo, presidente da Federação de Bombeiros do distrito, para o cargo de coordenador da rádio. Na manifestação participaram, além de trabalhadores e colaboradores da rádio, ouvintes e populares, que exigiram a demissão de Valério do Couto. Os trabalhadores da Rádio Alitude entregaram no Governo Civil da Guarda um memorando sobre o diferendo entre a emissora e Valério do Couto, ameaçando com novas acções de luta.

CALÇADO VAI PARA A LUTA

O Sindicato dos Operários de Calçado, Malas e Afins aprovou sábado, em Assembleia Geral, um plano de luta de cinco fases que será concretizado caso a associação patronal do sector não aceite as suas reivindicações.

Fonte do sindicato sublinhou no Porto à agência Lusa que os trabalhadores de calçado não têm aumentos de salário há dois anos, enquanto continuam a suportar um horário semanal de 43 horas. Em finais de Junho, o sindicato apresentou à associação patronal do calçado uma proposta de revisão do contrato colectivo, onde exigia um aumento de 15 por cento dos salários, redução do horário de trabalho para 40 horas semanais e igualdade de oportunidades para as mulheres. A negociação desta proposta iniciou-se anteontem.

ME RESTRINGE DIREITOS SINDICAIS

O Ministério da Educação está a tentar dificultar o funcionamento do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. Segundo o SPGL, o ME procedeu a uma drástica redução do número de autorizações de destacamentos, corte que atinge 75 por cento dos que eram concedidos nos últimos anos. Em comunicado, citado pela Lusa, a direcção do SPGL considera que o ME agiu arbitrariamente e afirma que «o verdadeiro significado desta medida manifesta-se pelo diferente tratamento que recebem os sindicatos ligados à FNE, afectos ao Governo e ao PSD, que saem incólumes desta fúria redutora de Manuela Ferreira Leite».

AGRICULTURA

A CGTP-IN recebeu na passada quinta-feira uma delegação de dirigentes da Confederação Nacional da Agricultura. Este encontro teve como objectivo debater as propostas em discussão na Concertação Social referentes à agricultura e realizou-se após a Intersindical ter analisado as propostas apresentadas pelo Governo aos parceiros sociais.

INTERNACIONAIS

Delegações da CGTP participaram na semana passada em congressos de sindicatos brasileiros e sul-africanos. João Torrinhos Paulo representou a central no 3º Congresso da Confederação Geral do Trabalho, no Brasil. No 5º Congresso Nacional da COSATU, na África do Sul, a CGTP teve como representante Rui Paixão.

MAQUINISTAS

Prossegue a greve às horas extraordinárias dos maquinistas da CP, que segunda-feira obrigou à supressão de 15 dos 83 comboios previstos na linha de Sintra, entre as 7 e as 10 horas, disse fonte da empresa, citada pela Lusa. O sindicato dos Maquinistas acusa a CP de tentar aplicar sanções e processos de que foram apresentados recursos, pretendendo intimidar os trabalhadores e levá-los a desmobilizar. Os maquinistas exigem a redução do horário de trabalho e a actualização do regime de carreiras.

ME efectua o maior despedimento da Administração Pública

Contratados das escolas manifestaram-se no Porto

Os trabalhadores contratados pelo Ministério da Educação há mais de três anos e agora despedidos estão a processar o ME no sentido de impugnar a decisão que os afecta.

A decisão foi anunciada dia 7 durante uma manifestação que, segundo a Lusa, reuniu frente às instalações da Direcção Regional de Educação do Norte cerca de 200 funcionários despedidos dos distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo.

Os trabalhadores protestavam contra o concurso público aberto pelo ME, que afastou das escolas milhares de trabalhadores não docentes, nomeadamente escriturários e dactilógrafos, auxiliares de acção educativa, ajudantes de cozinha e guardas-nocturnos.

Um grupo de trabalhadores foi recebido uma primeira vez pelo director regional da Educação, José Azevedo, que, depois de várias tentativas frustradas para contactar a ministra, respondeu nada poder fazer, uma vez que não tinha poder de decisão. Os trabalhadores reagiram mal à resposta do director regional e tentaram invadir as instalações, altura em que foi chamada ao local a PSP que, no

entanto, não necessitou de intervir.

Depois de ter sido contactado o secretário de Estado dos Recursos Educativos, Bracinha Vieira, a mesma delegação foi novamente chamada ao gabinete de José Azevedo que lhes transmitiu que a resposta do governante foi de não alterar a decisão já tomada pelo ME.

Os trabalhadores decidiram então continuar concentrados frente às instalações da DREN até ao fim do dia e organizar, em data ainda a definir, em conjunto com os sindicatos do centro e do sul, uma manifestação em Lisboa dos funcionários excluídos (um total de cerca de 6 mil, a nível nacional).

Segundo um estudo do STFPN, na região Norte apenas 40 por cento dos funcionários que estavam com contratos nas escolas conseguiram ocupar as vagas abertas no recente concurso.

Anteriormente, já o sindicato da Função Pública da Zona

Centro tinha anunciado que está a prestar «todo o apoio jurídico» aos trabalhadores das escolas que decidem proceder judicialmente contra o ME por se sentirem prejudicados com a decisão do Governo.

Também a CGTP exigiu «que seja reposta a legalidade no Ministério da Educação», num comunicado recente em que denunciava a intenção do Governo de efectuar «o maior despedimento colectivo» que alguma vez teve lugar na Administração Pública.

A central recordava, numa nota de 3 de Setembro, que «estamos perante uma atitude política de grande irresponsabilidade e perfeitamente ilegal», uma vez que a maior parte dos trabalhadores das escolas estava com contratos a termo certo há mais de três anos (o que é proibido pela lei geral e pelo regime jurídico da Administração Pública) e o pessoal que agora fica sem emprego está «a suprir necessidades de carácter permanente nas escolas».

Perturbação

Por seu turno, o Sindicato dos Professores do Norte

denunciou a «perturbação e instabilidade» que está a marcar o início do ano lectivo «em inúmeras escolas».

«Serviços administrativos reduzidos a um ou dois funcionários, cantinas sem ajudantes de cozinha, inexistência de auxiliares de acção educativa constituem o panorama em dezenas de escolas do Norte e de todo o País», enquanto os conselhos directivos se sentem «impotentes para fazer face a uma situação imposta pelo Ministério da Educação», relata um comunicado emitido na semana passada pelo SPN. Nalguns casos, a falta de funcionários administrativos poderá levar a que neste mês não sejam pagos os salários aos docentes ou que não lhes tenham sido passadas certidões necessárias para concorrer aos concursos distritais.

O sindicato considera que «a política do ME, cada vez mais condicionada por critérios de natureza financeira, é irresponsável e hipoteca, de forma preocupante, a necessária estabilidade num período tão crucial para as escolas como é o início do ano lectivo».

Por melhores salários, contra os boatos do Governo

Função Pública prepara acções já nesta quinzena

A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública vai efectuar, até ao final deste mês, um conjunto de iniciativas para pressionar o Governo a negociar aumentos salariais para 1995. Em conferência de imprensa que deram na semana passada, os dirigentes da FNSFP não especificaram que tipo de acções as estruturas sindicais vão efectuar, pois elas «ainda não estão definidas».

das versões refere aumentos de 6,5 por cento, outra diz que as actualizações serão apenas nos sectores lucrativos e uma terceira alude a aumentos em Janeiro, com correcção a meio do ano.

Tal «clima de boato», alertam os sindicalistas, é «propício à repetição do processo de imposição, chantagem e violação do direito à negociação» verificado este ano. Na conferência de imprensa, refere a agência Lusa, foi ainda chamada a atenção para o facto de o Governo pretender que seja esquecido o compromisso, publicamente assumido pelo primeiro-ministro no início do ano, de rever os salários da Função Pública caso se verificasse uma «conjuntura económica favorável». Ora a existência desta conjuntura favorável é assumida diariamente por vários membros do Governo, mas os aumentos intercalares não chegam, referiram os dirigentes sindicais.

A FNSFP recordou ainda que as carreiras não sofrem actualização desde 1979, apesar de o primeiro-ministro ter assumido «por diversas vezes» o compromisso de proceder à sua revalorização.

Outra das matérias que preocupa a federação é o ritmo «assustador» a que aumenta o número de trabalhadores com vínculo laboral precário, nomeadamente contratados a prazo ou com recibo verde.

A posição do Governo face às actualizações salariais para 1994/95 é também o tema da conferência de imprensa que o STAL convocou para hoje de manhã. O sindicato da Administração Local acusa Cavaço Silva de agir de má-fé.



Os trabalhadores do Estado vão voltar à luta (foto de arquivo)

Claros estão os motivos que justificam o descontentamento e o protesto dos trabalhadores do Estado. O Governo, acusa a FNSFP, tem tentado criar um clima de boato, ao pôr a circular várias versões sobre a actualização dos salários da Função Pública para 1995: uma



O Governo mantém-se surdo às reivindicações dos trabalhadores (foto de arquivo)

Infrutífero encontro da CGTP com Falcão e Cunha Governo sem respostas

A reunião de duas horas que teve lugar segunda-feira entre o ministro do Emprego e outros responsáveis do Ministério e dirigentes da CGTP terminou sem grandes resultados concretos.

Maria do Carmo Tavares, da Comissão Executiva da Intersindical, disse à Lusa que, de um conjunto de questões colocadas há cerca de três semanas ao ministro Falcão e Cunha, o maior avanço foi o do anúncio da abertura de um concurso para o preenchimento de 43 vagas de inspectores de trabalho.

Aquela sindicalista, que integrou a delegação da central, recordou que a CGTP apresentou ao ministro, como problemas a resolver, o bloqueamento da contratação, que afecta cerca de um milhão de trabalhadores, e a tentativa de retirar direitos contratuais ao pessoal de empresas públicas que se cindiram ou fundiram em novas empresas. Assinalou que em relação à primeira questão o ministro disse que não iria haver mais intervenção

e que em relação à segunda questão deveriam recorrer aos tribunais. A dirigente sindical observou que já há uma decisão do Supremo favorável aos trabalhadores da ex-Quimigal.

Nas outras questões colocadas ao Governo pela CGTP figuram o facto de milhares de trabalhadores de uma lista de 400 empresas terem o emprego em risco, a necessidade de aumento intercalar do salário mínimo e das pensões mais baixas e de actualizar as prestações sociais, bem como a urgência de resposta aos problemas sociais do desemprego de longa duração. A central abordou, ainda, o problema dos vínculos contratuais precários e situações ilegais de falso recibo verde e trabalho clandestino.

Para Maria do Carmo, ao fim de três semanas para estudarem os problemas apresentados, os responsáveis do Ministério não tinham respostas concretas e, apesar de Falcão e Cunha concordar com a necessidade de acabar com situações de trabalho ilegal, não apontou medidas para isso.

CTT em greve dias 19 e 20

Os trabalhadores dos CTT vão estar em greve nos próximos dias 19 e 20, reivindicando salários justos, carreiras dignas e negociações sérias.

Segundo informações da Federação das Comunicações, Telecomunicações e Audiovisual, do Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e do Sintel, foram iniciadas recen-

temente as negociações sobre clausulado, carreiras e tabelas salariais. No clausulado, a empresa, «quando não propõe eliminar, apresenta propostas que mais não são que tentativas de retirada dos direitos e regalias». Quanto às carreiras, os sindicatos exigem a promoção dos funcionários mais antigos que estão no meio da carreira.

A administração pretende que os salários subam 2,75%, o que não chega para cobrir o aumento dos descontos para a CGA, o MSE e o IRS e para os 6% de inflação. E o SNTCT acusa: «Há dinheiro para as portas das estações dos Correios, para os cavalos e os concertos, para os estilistas desenharem as nossas roupas. Não temos nada contra, mas nós estamos primeiro!»

Hotelaria quer as 40 horas

A direcção nacional da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal decidiu apelar ao envolvimento dos trabalhadores do sector em torno da reivindicação de que seja respeitado o compromisso, assumido pelo Governo em 1991, de reduzir o horário máximo de trabalho para 40 horas semanais, até 1995. A decisão foi tomada na recente reunião daquele órgão da Feshot, que apontou ainda os 10 por cento como «meta» para a actualização salarial. O combate ao alastramento do emprego precário, que ultrapassa no sector os 40 por cento, é outra das linhas de acção incluídas na política reivindicativa para 1994/95.

Os dirigentes da Feshot, reunidos dia 1, acusaram o patronato de «insistir na degradação e

retirada de direitos sindicais e sociais», e o Governo de «apadrinhar o bloqueio aos processos de negociação colectiva». Especial contestação mereceram as alterações que o executivo laranja pretende efectuar na Lei do Jogo (e que, segundo a federação, virão agravar as condições de trabalho e diminuir a qualidade dos serviços) e a tentativa de liberalização total das regras de funcionamento da hotelaria e restauração.

O sindicato da Hotelaria do Sul, por seu turno, anunciou anteontem que os trabalhadores do Hotel Excelsior decidiram entrar em greve por 48 horas, desde ontem, exigindo o pagamento dos salários de Agosto.

Desemprego reflecte grave crise

No espaço de um ano perderam o emprego cerca de 80 mil trabalhadores por conta de outrém, «o que comprova que o sector produtivo real atravessa uma enorme crise», que é «especialmente preocupante» nas regiões do Alentejo e de Lisboa e Vale do Tejo.

Esta situação é sublinhada num comunicado do departamento de informação da CGTP, divulgado na semana passada em resposta ao Governo e a «alguns analistas apressados», que querem «fazer acreditar que a redução anual do emprego foi de apenas 18 mil empregos entre Março de 1993 e o mês homólogo de 1994». A central propõe «uma leitura atenta dos dados relativos ao segundo trimestre de 1994, fornecidos pelo Inquérito Permanente ao Emprego, da responsabilidade do INE», que aponta para 80 mil empregos liquidados.

A região de Lisboa e Vale do Tejo registou, só por si, uma perda de 45500 postos de trabalho, o que significa 57 por cento das perdas nacionais. No Alentejo verificou-se a maior redução percentual do nível de emprego, atingindo quase 5 por cento da população activa.

Para a CGTP, «a redução de apenas 18800 empregos, quando de facto a diminuição de trabalhadores por conta de outrém foi de 79700, resulta das compensa-

ções que se verificaram nos trabalhadores por conta própria», uma vez que no período referido «surgiram mais 38800 trabalhadores independentes e 11800 trabalhadores familiares não remunerados, situação que, longe de ser um indicador positivo, indicia uma situação crescentemente precária».

Os números do Instituto Nacional de Estatística, sublinha-se na nota da *Inter*, mostram que foram os trabalhadores efectivos os que mais sofreram o impacto da crise do emprego: neste grupo verificou-se a perda de 52900 empregos, o que corresponde a 68 por cento das perdas totais.

Nas quebras de emprego por sectores, sobressaem as pescas (com uma redução de 20,1 por cento), a fabricação de automóveis, a construção civil, os hotéis e restaurantes e a Administração Pública.

O cruzamento dos dados sectoriais e regionais leva a CGTP a concluir que a justificação dos problemas da região de Lisboa e Vale do Tejo se

encontra na petroquímica (quebra de 13900 empregos), na saúde (11 mil) e na intermediação financeira (10500). No Alentejo as reduções mais acentuadas fizeram-se sentir nos hotéis e restaurantes (4400 empregos) e na Administração Pública (2500).

«São estes os números que espelham a verdadeira evolução da realidade social do País e, em especial, das duas regiões referidas», afirma a CGTP. «O Governo prefere, no entanto, tentar baralhar a opinião pública, numa operação de manipulação dos números, que apenas visa torpedear e condicionar as negociações do chamado *acordo económico e social*», acusa a central, considerando que esta atitude é «uma desonestidade política de que o Governo deveria abster-se» e que «seria melhor para o País e para os portugueses que propusesse e aplicasse medidas destinadas a impedir a destruição do aparelho produtivo e a relançar o desenvolvimento e o crescimento económico, como a CGTP-IN preconiza». «Assim, o desemprego diminuiria de facto, e não através de manobrista estatístico», conclui a nota distribuída na semana passada pelo departamento de informação da central.

Contratos a prazo são regra nos super e hipermercado

Em 1993 os supermercados e hipermercados despediram 60 por cento dos trabalhadores contratados a prazo ao longo do ano, denuncia a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços. Uma análise feita pela Fepces aos balanços sociais de 127 estabelecimentos das principais cadeias de super e hipermercados mostra, ainda, que apenas nove por cento dos contratados passaram a efectivos.

No final de 1993, naqueles estabelecimentos trabalhavam 10427 pessoas (representando cerca de um terço da mão-de-obra do sector), 38 por cento das quais contratadas a prazo, embora para ocuparem postos de trabalho permanentes. Ao longo do ano foram admitidos a prazo 7933 trabalhadores e despedidos 4758; passaram para o quadro permanente dos estabelecimentos 745 trabalhadores.

Entre os contratados a prazo despedidos no ano passado, as mulheres representam 75 por cento. Dos quase 8 mil contratados a prazo em 1993, apenas 2459 viram renovados os seus contratos, refere ainda a federação.

A maioria dos contratados a prazo, sobretudo jovens, não chega a completar um ano de contrato, o que impede o acesso à categoria superior e correspondente salário.

«Estamos perante uma brutal ilegalidade», protesta a Comissão Executiva da Fepces, num comunicado que divulgou segunda-feira e em que acusa: «As multinacionais da distribuição alimentar, para além de, na prática, estarem a pôr em causa a legislação vigente para sustentar a política de trabalho precário no nosso País, visam

também a redução de custos através dos salários, na medida em que o seu processo, ilegal, contratando e despedindo, posiciona sempre os trabalhadores nas categorias profissionais mais modestas, deliberadamente, pondo em causa o direito ao trabalho e progresso na carreira profissional».

A Fepces acusa ainda a Inspeção Geral do Trabalho de, «fiel à voz do dono, o Governo de Cavaco Silva», «não actuar após denúncias dos sindicatos», tornando-se assim «propositadamente cúmplice».



Mulheres e jovens são as principais vítimas do abuso da precariedade nas grandes superfícies

Quinze dias de buzirão

Ruído contra ouvidos moucos

As portagens reabriram a 1 de Setembro e imediatamente os protestos começaram. Foi o início do "buzirão" permanente que dura há quinze dias e que na terça-feira desembocou num bloqueio promovido por automobilistas. Uma forma de protesto contra os ouvidos moucos de um Governo que parece manter-se insensível a esta gigantesca manifestação iniciada na véspera da última edição da Festa do «Avante!», uma iniciativa realizada na margem sul e onde o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, apelara aos utentes da Ponte 25 de Abril a aderirem ao protesto.

Para além do permanente "buzirão", mesmo a horas de pouca circulação automóvel, durante os últimos quinze dias, a forma de protesto mais utilizada foi não pagar, alegando não ter dinheiro, o que origina a passagem de uma guia para pagamento três dias depois, sob pena de multa. Alguns, optaram mesmo por passar sem pagar.

Foi o caso de diversos membros da Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril que usaram essa forma de protesto repetidamente em viaturas que exibiam balões e autocolantes, apelando ao boicote ao pagamento das portagens, e alguns fazem soar buzinas de ar comprimido.

Logo nesse primeiro dia de tentativa de cobrança de portagens, junto ao Hospital Garcia da Horta, situado nas proximidades da Ponte 25 de Abril, estiveram estacionados em permanência três autocarros e uma carrinha de transporte de forças da PSP.



Informação bloqueada

À meia-noite desse primeiro dia de recomeço da cobrança de portagens, as três estações de TV e algumas de rádio estiveram em directo no largo da portagem, onde os repórteres relataram as diversas formas de boicote utilizadas pelos automobilistas no acto de pagamento da portagem. Ao contrário do que foi insistentemente prometido pelo presidente da Junta Autónoma das Estradas (JAE), as forças da GNR presentes no local passaram, a partir do início da primeira manhã após a implementação do novo processo de pagamento de portagens, a dificultar o trabalho dos muitos jornalistas que ali se encontravam, registando-

-se até algumas cenas de confronto verbal e alguns empurrões entre guardas e repórteres, situações amplamente divulgadas pelos diversos órgãos de comunicação social.

Dois cordões policiais colocados nas extremidades da portagem impedem desde esse dia o acesso dos repórteres às cabines de cobrança e o contacto com os automobilistas.

A polícia impede também a presença de cidadãos na Ponte do Pragal, a Sul da Praça da portagem, controlando mesmo os acessos pedestres ao local.

Os carros que passam nesta ponte também apitam, a exemplo do que fazem as viaturas que circulam no sentido de Setúbal, inverso ao sentido das portagens.

Todos contra

A presidente da Câmara Municipal de Almada (CMA) deu nesse dia, na praça da portagem, uma conferência de imprensa onde defendeu que a construção de uma nova ponte sobre o Tejo deverá ser suportada pelo Orçamento de Estado de 1995 e "não à custa de um imposto sobre a população de uma região".

Maria Emília de Sousa manifestou a sua "solidariedade com os protestos cívicos", chamou "engenharia macaca" à estratégia do ministro Ferreira do Amaral para conseguir construir a nova travessia do Tejo com recurso ao aumento das portagens na Ponte 25 de Abril.

"Almada e toda a Península de Setúbal não podem ser discriminadas em relação ao resto do país porque nenhuma população do país foi obrigada a pagar a manutenção de uma ponte e a construção de outra", defendeu a autarca.

Também a Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril se pronunciou sobre o recomeço da cobrança das portagens, condenando o "desnecessário aparato policial" que "intimidou e limitou as liberdades da população".

O PCP, em comunicado, criticou as limitações impostas ao trabalho dos profissionais de Comunicação Social que estiveram na Ponte 25 de Abril, considerando que a atitude do Governo e da JAE visou "impedir a divulgação directa" dos protestos

dos utentes. O PS, por seu lado, reafirmou a sua posição de anulação dos aumentos da portagem.

Já antes a Associação de Utentes da Ponte 25 de Abril iniciara no passado dia 31 de Agosto a divulgação de um folheto onde se declarava um inequívoco "não aos aumentos, não à violência, não à portagem". Além de apelar à subscrição do abaixo-assinado/petição para que a questão da portagem da Ponte fosse debatida na Assembleia da República, a Associação recordava que "desde 1966 até hoje, quem compra casa na Margem Sul paga uma mais-valia para manutenção da Ponte". O folheto considerava que "não é justo nem legítimo que os utentes paguem outras obras públicas".

Buzirão

Provocação e resistência

Na chamada «política à portuguesa», o desenvolvimento dos acontecimentos, posições e comentários em torno do brutal aumento das portagens da Ponte 25 de Abril assumem carácter paradigmático.

Desde logo, a actuação do Governo do PSD/Cavaco Silva é elucidativa da respectiva política: eleitoralista, clientelar, inconstitucional, antipopular, caudilhista, manipuladora, repressiva e acentuadamente autoritária.

Recorde-se que o aumento foi decidido antes das eleições de 12 de Junho, para ser anunciado depois, que foi previamente negociado com o grupo de empresas que vai construir a ponte Montijo-Sacavém, que a respectiva conformidade à Lei e à Constituição é muito duvidosa, que é absolutamente excessivo e imoral e comprovadamente impopular.

Recorde-se que, face ao desapoio e protesto de dezenas de milhares de utentes da ponte, a «taxa de entrada na cidade» foi mantida até este momento pela via repressiva, pela coacção e intervenção injustificadamente violenta e em alguns casos mesmo brutal das forças de segurança.

Recorde-se que, obrigado a recuar parcialmente, mas bem mais do que alguma vez imaginou, em consequência do grande bloqueio de 24 de Junho, Cavaco fez pagar a factura ao respectivo ajudante de serviço às auto-estradas (Ferreira do Amaral), desautorizado e obrigado a dar o dito por não dito, mas desde logo começou a urdir o tenebroso «plano 1 de Setembro» - vasto conjunto de manobras mediáticas, contra-informação, espionagem e provocação.

Foi montada uma mentirosa, gigantesca e caríssima campanha de propaganda para fazer passar a ideia de que era fácil e barato o paga-

mento da nova taxa, que, por sua vez, permitiria resolver o problema das acessibilidades Margem Sul - Lisboa.

Foi fomentada, senão fabricada, a tese, tipicamente de contra-informação, de que em 1 de Setembro tudo se decidiria numa única grande batalha, ou ninguém pagava e o Governo era derrotado, ou, se grande número de utentes pagasse, seria a vitória do Governo.

Esta tese foi tornada de oficiosa em «indiscutível» por uma comunicação social genericamente rendida às concepções da «ideologia mediática» (que não poucas vezes confunde a realidade do mundo com a espectacularidade por encomenda), e teve diversos desenvolvimentos laterais: foi transferida para dia 5, envolvida com a Festa do Avante, ligada com novo bloqueio dos camionistas, etc., mas mantendo sempre a tónica da «batalha decisiva».

Vem depois a espionagem, infiltração e vigilância do SIS em reuniões e contactos de camionistas, motoqueiros, «utentes mais radicais», concertos de Rock e «seguido de perto as movimentações de todas as organizações susceptíveis de planearem um novo bloqueio da ponte», fazendo «previsões», «adivinhandando tudo até a conferência (de imprensa) da presidente da Câmara Municipal de Almada», num frenesim absolutamente estranho à defesa do Estado de direito



mas, uma vez mais, em abusiva e ilegal serventia das opções partidárias do Governo e violando direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A provocação consistia em atrair os utentes da ponte e o seu movimento à emboscada montada pelo Ministro das polícias Dias Loureiro, com enorme profusão de meios - cavalaria, blindados ligeiros, Infantaria e Brigada de Trânsito da GNR, forças diversas da PSP, incluindo o Corpo de Intervenção e o Grupo de Operações Especiais - para travar a «batalha final». Consistia em, com a ajuda da expectativa mediática criada, e talvez com um empurrãozinho provocatório do SIS, fomentar, quando e como conviesse ao Governo, um bloqueio, ou uma «recusa total de pagamento», que seriam necessariamente derrotados pela coacção e repressão, pondo fim à contestação popular na Ponte 25 de Abril.

Mas o «plano 1 de Setembro» do Governo PSD falhou. Os utentes da ponte não caíram na emboscada. Optaram e bem por formas de luta diversificadas: demora ou recusa de pagamento, marcha lenta e bloqueios de surpresa, como na passada 3ª feira, e sempre, sempre a resistência e o buzirão,

E nem o facto dos escribas do cavaquismo terem cantado vitória, ou do PS, igual a si próprio, ter optado por «ir à bola», como se nada fosse, conseguem esconder a realidade - o buzirão constitui um desgastante enfrentamento quotidiano ao Governo e à sua política e uma importante derrota do autoritarismo cavaquista.

Protestos na Ponte 25 de Abril

Injustiça!

O movimento contra as portagens da Ponte 25 de Abril endureceu a sua luta terça-feira com um "bloqueio simbólico" de meia hora seguido de "mini-bloqueios" espontâneos promovidos pelos automobilistas que, desde, a reabertura da cobrança de portagens, há quinze dias, protestam em permanência pela taxa imposta pelo governo, buzinando e dificultando o pagamento. Só um sentimento da realização de uma grande injustiça pode levar a população a protestar continuamente durante tanto tempo, ainda por cima "autoflagelando-se" diariamente com horas de espera em filas intermináveis de automóveis e com o intenso ruído provocado pelas buzinas conjuntas de centenas de automóveis. Depois do bloqueio dos camionistas a 24 de Junho passado, que levou ao recuo tático do Governo neste assunto, suspendendo durante um mês a cobrança das portagens, a concretização deste acto evidente de repúdio coloca graves problemas aos governantes e à direcção do PSD, aparentemente os únicos a defender o contestado aumento.

Na terça-feira, tudo começou às oito horas quando algumas viaturas se imobilizaram junto às portagens, no sentido da entrada para Lisboa.

Rebocadas por ordem da polícia cerca de 20 minutos depois, as viaturas foram apreendidas e alguns dos seus proprietários foram presentes em Tribunal ou detidos por algumas horas para identificação. Além de fazerem soar as buzinas, os automobilistas circulam devagar nos dois sentidos da Ponte, apesar dos apelos dos agentes policiais para que se apressem. O resultado foi uma enorme fila de automóveis, levando a deslocação a Lisboa a demorar cerca de cinco horas. Durante todo o dia na cidade, em diversos locais, grupos de automobilistas reuniram-se para buzinares em sinal de protesto.

Foi o caso de um grupo de motociclistas que fez também uma barreira de alguns minutos junto à saída da Ponte 25 de Abril

em Alcântara. Este foi um dos muitos "mini-bloqueios" registados ao longo de terça-feira, fazendo "a cabeça em água" às autoridades cujos elementos passaram o dia a responder às situações provocadas pelos utentes em locais distintos.

A Polícia respondeu a este "mini-bloqueio" - que os seus promotores anunciaram ser só de meia hora - com celeridade e para além de rebocar viaturas, colocou elementos do Corpo de Intervenção no tabuleiro da ponte para tentar obrigar os automobilistas a circularem rapidamente, medida que se revelou infrutífera. Foi cortado o acesso de automóveis na zona do Fogueteiro, proveniente designadamente de Setúbal, Sesimbra e Barreiro, e começou a desviá-lo para outras zonas.

O comportamento dos utentes, que após o bloqueio iniciaram uma espécie de "greve de zelo" expressa na marcha lentíssima no tabuleiro da ponte, contraria a opi-

nião do comandante das forças da GNR no local, coronel Leonel Carvalho, segundo a qual "a maioria das pessoas não apoia os protestos".

Leonel Carvalho, que se auto-intitulou "porta-voz das pessoas que estão a ser prejudicadas com os protestos", acusou os repórteres presentes junto da portagem de estarem a ser "parciais" por "só ouvirem os apoiantes do protesto".

O oficial não se dispôs, contudo, a alterar a presente situação de restrição colocada ao trabalho dos jornalistas, impedindo-os de se aproximarem dos automobilistas para auscultarem as suas opiniões.

Pelo menos um automobilista foi multado ao passar devagar no tabuleiro da ponte, sob a alegação de estar a "prejudicar o trânsito", enquanto de manhã, após os primeiros incidentes, o tempo de espera foi tão longo que alguns decidiram mesmo atravessar a ponte a pé.



Protesto chega a São Bento



O protesto dos utentes da Ponte 25 de Abril estendeu-se na passada quinta-feira à zona de São Bento, em Lisboa, junto à residência oficial do primeiro-ministro e à Assembleia da República onde centenas de automobilistas e alguns motociclistas responderam afirmativamente ao apelo da Associação de Uteses de transposição do "buziã", que em permanência se ouve nas portagens na ponte, para aqueles locais. A polícia impediu, no entanto, o acesso à rua da residência do primeiro-ministro.

O caso provocou um incidente entre a Casa Civil do Presidente da República e o vice-presidente do PSD, Cardoso e Cunha, depois de se ter anunciado que uma delegação da Associação de Uteses iria, nesse dia, ser recebida na Presidência da República.

Ao tomar conhecimento, quarta-feira, do anúncio feito pela Associação de Uteses da Ponte de uma audiência em Belém, Cardoso e Cunha, considerou o facto de uma "gravidade muito particular" e "juridicamente ilegal".

E o vice-presidente do PSD acrescentava: "espanta-me a coincidência dos factos com o despacho semanal do Presidente da República com o Primeiro-Ministro das quintas-feiras e com a manifestação anunciada para o mesmo dia junto da residência oficial de

S. Bento". A Casa Civil salientou que foi a própria Associação de Uteses a tomar "a iniciativa de cancelar a audiência que tinha solicitado" após a especulação política de que o encontro foi alvo.

A Casa Civil da Presidência da República diria depois, em comunicado, que "nunca esteve prevista a concessão de uma audiência pelo Presidente da República a representantes da Associação de Uteses da Ponte 25 de Abril" mas "apenas estava previsto" que representantes da Associação "fossem ouvidos pelo consultor para os Assuntos Sociais da Casa Civil", à semelhança do que já sucedera no início de Agosto. A Casa Civil salientou que foi a própria Associação de Uteses a tomar "a iniciativa de cancelar a audiência que tinha solicitado" após a especulação política de que o encontro foi alvo.

Acrescentando que se trata "do exercício de um direito constitucionalmente garantido e de uma prática que tem sido corrente" ao longo dos dois mandatos do actual Presidente da República, a Casa Civil do PR adianta: "Estranha-se, ainda, que alguém com altas responsabilidades públicas e contactos frequentes com o Presidente da República se permita, revestido da sua roupagem partidária, fazer apressadamente graves censuras públicas ao Chefe de Estado, sem antes se ter informado, como devia, acerca dos factos".

■ Miguel Urbano Rodrigues

Convosco Povo de Cuba!

Li sem surpresa o artigo Convosco!, de Mário Vargas Llosa, publicado na edição de 11 de Agosto no Público. Sem surpresa, mas consciente de que esse texto terá contribuído para aumentar no País a desinformação sobre a actualidade cubana. Devemos ao autor de «A Guerra do Fim do Mundo» algumas das novelas mais importantes da literatura latino-americana. Paradoxalmente, a maioria da sua obra expressa, contudo, uma reflexão sobre a vida diferente (por vezes incompatível) com as posições que hoje assume. Vargas Llosa mudou de rumo há mais de 25 anos. Existem por isso nele dois escritores, o que foi e o que é.

Este seu retrato dos acontecimentos do 5 de Agosto em Havana teve por objectivo confundir e enganar milhões de leitores mundo afora.

A pretensa descrição dos factos é um amontoado de inverdades. Para desinformar inverte a realidade: erige os vilões da estória em heróis e os heróis autênticos são mostrados como seres abomináveis.

Em Havana as coisas não se passaram como ele conta.

A primeira peça do puzzle, indispensável para o entendimento das últimas tentativas de fuga para os EUA, foi escamoteada pensadamente. Refiro-me à existência do convénio assinado entre os EUA e Cuba, nos termos do qual o governo norte-americano se compromete a conceder anualmente 20 000 vistos de entrada a familiares de cubanos residentes no território da União.

É falso que Cuba seja um país de fronteiras fechadas. Qualquer cidadão sem cadastro que obtenha visto numa embaixada estrangeira pode deixar o país. Quem proíbe as visitas a Cuba e as pune é Washington.

Acontece que os EUA nunca respeitaram o acordo que firmaram. No último ano, por exemplo, o seu Escritório de Interesses em Havana emitiu menos de 3000 vistos, ou seja, um sétimo do previsto, apesar de haver dezenas de milhares de candidatos.

Essas recusas inserem-se numa estratégia. Washington faz tudo para estimular a admissão no país dos cubanos que saem ilegalmente. Com frequência, pessoas a quem é recusado o visto a que teriam direito no âmbito do convénio, são recebidas triunfalmente ao chegarem à Florida em barcos roubados. Logo ali lhes é concedido o estatuto de residentes, como pretendos exilados políticos.

As rádios das organizações contra-revolucionárias instaladas naquele Estado (dezenas de emissoras piratas inundam o espaço cubano com mais de mil horas de transmissão por semana) fazem a apologia das fugas em programas especiais.

Dezenas de milhares de haitianos e dominicanos sem vistos de entrada têm sido sumariamente repatriados. Pela força. O tratamento dispensado aos cubanos é oposto a esse. A saída ilegal confere-lhes perante as autoridades norte-americanas uma dimensão heróica, mesmo quando a organização de fugas colectivas é acompanhada de assassinios, sequestros de embarcações e violência sobre reféns. Os fugitivos são invariavelmente bem-vindos e glorificados.

Esta política, que daria tema para uma peça de Ionesco, encontrou no dia 5 do corrente a sua expressão mais grotesca e absurda quando o responsável do Escritório dos EUA em Havana, sr. Sullivan, informou o Gabinete da Presidência do Conselho de Estado de Cuba de que o seu governo consideraria uma ameaça intolerável a repetição pelo comandante Fidel Castro, num programa de televisão prestes a ser transmitido, de palavras que ele, pouco antes, proferira nas ruas dirigindo-se ao povo da capital.

Que dissera Fidel para assustar tanto o Departamento de Estado?

Responsabilizara os EUA pelos graves incidentes ocorridos, relacionando-os com um plano em desenvolvimento (cuja última fase seria a invasão da Ilha) e advertia que, a não se produzir uma alteração radical na política de incentivo às fugas, Cuba deixaria de controlar a saída do país daqueles que, mesmo sem visto, pretendessem dirigir-se à Florida em barcos própri-

os ou em navios estrangeiros que os viessem buscar.

Obviamente, Fidel Castro repetiu e ampliou na televisão tudo o que havia dito antes. Lembrou, aliás, que foi graças à cooperação cubana que os sequestros de aviões norte-americanos acabaram. Cuba condenou a pesadas penas alguns sequestradores e devolveu aos EUA dois autores de crimes de morte.

Antagónica é a posição do governo Clinton. Em Miami, é recebido fraternalmente o lumpem da sociedade cubana, gente com cadastro, assassinos, terroristas.

Sullivan conhece bem a situação. Em 1993, informou o Departamento de Estado - em fax cuja cópia foi obtida pelas autoridades cubanas e divulgada em dezenas de países - que não era possível conceder vistos a pessoas que se apresentavam como perseguidos políticos, porque os argumentos invocados eram inconsistentes na quase totalidade dos casos. Sullivan aconselhava a CIA a ser mais imaginativa na busca de novos métodos. A sugestão não caiu em saco roto.

Quem se mostra pouco original é Vargas Llosa. Em primeiro lugar, escamoteia a cronologia dos factos. Este ano tivemos, primeiro, a fuga maciça para três embaixadas; depois os sequestros em cadeia de embarcações; finalmente, a ocupação pela força de um rebocador e a sequência dos incidentes de rua do dia 5. A espontaneidade esteve ausente.

Os portões da embaixada da Alemanha foram arrombados por um camião. Nunca o método fora utilizado em país algum.

A resposta cubana foi clara: qualquer cidadão que penetre por meios violentos na sede de uma missão diplomática perde definitivamente, como punição, o direito de sair do país. Todos estes, aliás, já voltaram para suas casas.

O embaixador da Bélgica - primeira embaixada invadida em massa - terá adoptado desde o início (ao contrário dos seus colegas) uma posição ambígua, de cumplicidade aparente com o grupo de ocupantes. Merece reflexão o facto de ter sido inesperadamente retirado de Havana pelo seu governo.

Em extensas intervenções não divulgadas em Portugal, Fidel Castro tem clarificado situações e estabelecido pontes que ajudam a compreender. Não nega que muitas pessoas somente desejam sair da Ilha. Querem fugir à escassez. Não são marginais, nem contra-revolucionários. São gente comum que não resiste ao grande desafio do cerco económico - o dramático bloqueio, o torniquete que faz do povo de Cuba vítima e herói colectivo.

Está por surgir, naturalmente, uma revolução que não produza as sementes da contra-revolução. A cubana não foge à regra. Vargas Llosa esconde, porém, que os falsos democratas que aparecem a dirigir estas acções de violência, minuciosamente planeados, saem da escória humana que tem incendiado creches, violado adolescentes, assassinado trabalhadores, dinamitado edifícios públicos e atirado ao mar tripulantes de barcos roubados. Os patriotas que suscitam o entusiasmo de Llosa, impacientes por «romper as cercas de arame farpado do campo de concentração» emergem no cenário dos acontecimentos concretos não como cavaleiros da liberdade e da democracia, mas como promotores de acções terroristas punidas pelas leis de qualquer sociedade civilizada.

Vargas Llosa mente também ao aludir a centenas de feridos entre os manifestantes. Mente quando atribui o papel decisivo nos confrontos a Brigadas de Acção Rápida. Foram os trabalhadores do Contingente Blas Roca e outros voluntários saídos das fileiras do povo quem derrotou nas ruas aquilo que foi o mais elaborado ensaio contra-revolucionário desde Playa Girón. Os organizadores não pretendiam, obviamente, derrubar o Poder Socialista de uma assentada. O objectivo político não era também a simples tomada de um barco, enquanto outros grupos quebravam vidros, assaltavam lojas num hotel do centro e promoviam arruaças no Malecón. Visavam mais longe: submete-



ram o Poder Revolucionário a uma prova, queriam avaliar o apoio popular com que ele pode contar.

Já têm resposta. O apoio foi imediato, torrencial, emocionado. O povo de Havana sentiu a ameaça. Até ministros saíram à rua para defender a Revolução. A Juventude compareceu em massa, numa disponibilidade que foi sublinhada pela imprensa norte-americana.

O teste da combatividade foi concludente: os sofrimentos provocados pelo bloqueio, as múltiplas privações não a afectaram. Sublinhando a força da reacção popular, Fidel aludiu ao espírito de Girón. Mais tarde, no funeral do polícia caído na luta - nem um só manifestante morreu -, estiveram presentes na Plaza de la Revolución mais de 500 000 pessoas na avaliação dos jornalistas estrangeiros. Mas Vargas Llosa, tão comovido com os clamores da gente contra-revolucionária não faz sequer referência à gigantesca concentração popular em defesa da Revolução. Quem para ele representa o povo de Cuba e o seu amor à liberdade são, afinal, os sequestradores de barcos e terroristas que em altos brados pediam nas ruas a cabeça de Fidel, no sentido literal da expressão.

Ao insultar os intelectuais de todos os matizes ideológicos que no vasto mundo condenam hoje o bloqueio e colar o rótulo de fascistas a presidentes latino-americanos que convidam Fidel para congressos e reuniões internacionais, o autor de *El Habrador* arvora-se em juiz da fronteira entre «o oportunista e o cínico» e «o homem decente e de princípios».

Comporta-se como certos personagens de Molière. Nem se apercebe que lhe falta autoridade moral mínima para se apresentar, colérico e severo, como defensor da coerência de dignidade humana. Ele não é um *chevalier sans peur et sans reproche*. A sua trajectória como político e homem tornou-o há muito merecedor de muitas das diatribes com que bombardeia aqueles que incorrem no seu desagrado. Devolvidos, esses insultos ajustam-se bem ao intelectual que há dois anos renunciou à nacionalidade de origem após ter perdido as eleições em que se propôs à Presidência da República. Ser peruano era incómodo. Começava a ser difícil viajar pelo mundo com passaportes da América Latina. Assim o disse. Preferiu ser espanhol. É uma justificativa que lhe define o carácter.

No começo dos anos 80, quando principiou a ser uma *call girl* da literatura mundial (a expressão, feliz, foi criada por Arthur Koestler) escreveu um ensaio em que, enojado, se distanciava das culturas pré-colombianas. Confessou então que o incário e as civilizações erguidas pelos antepassados de Huayna Capac sempre lhe haviam inspirado sentimentos de profunda repulsa. Ao expressar-se assim a respeito do povo cujos descendentes constituem hoje o núcleo principal do Peru índio e mestiço, sua pátria de origem, definiu bem a sua postura ética perante a história, a vida e a cultura.

Não é de estranhar que, na sua campanha militante de portavoz de anticomunismo mais primário, Vargas Llosa esteja hoje, segundo nos diz, integrado no «grupo marginal que enrouquece a gritar contra o vento, como cães a uivar à lua». Uivam e ladram sobretudo contra a Cuba Socialista, cidadela revolucionária da América onde se sofre e luta por um direito à liberdade e à independência que eles não querem nem podem entender.

Espero que o concerto de uivos lhes mitigue a frustração provocada pela tenacidade e heroísmo do povo de Martí.

Conferência do Cairo

Injustiças sociais são a questão central do desenvolvimento

- afirma CGTP-IN

"A natureza, a extensão e aprofundamento dos desequilíbrios entre os países ricos e os países pobres, entre o Norte e o Sul, constituem a questão central do desenvolvimento e a maior ameaça à segurança da humanidade" - afirma-se no comunicado da CGTP-IN sobre a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento, promovida pela ONU no Cairo.

Esta a tónica do comentário da Intersindical, que denuncia, de modo concreto, este quadro de profundas desigualdades.

"As disparidades na formação e distribuição do rendimento

constituem uma das expressões mais gritantes destes desequilíbrios. Em 1991, 84,7% do produto mundial era detido por apenas 20% da população mais rica, enquanto, no outro extremo, os 20% mais pobres apenas tinham 1,4%. O que é mais dramático é que esse fosso se acentua. Em 1960, a relação na distribuição do rendimento entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era de 30 para 1. Em 1989, era de 59 para 1. Hoje é ainda maior".

O comunicado da CGTP sublinha que "o relatório sobre a população mundial em 1994 indica que «as nações desenvolvidas consomem 20 a 30 vezes

mais recursos per capita do que os países em desenvolvimento». Os países desenvolvidos, o chamado Norte, que representam apenas um quarto da população mundial, consomem 75% da energia do mundo, 75% dos metais, 60% da alimentação".

Referindo-se mais directamente aos problemas globais da população, os sindicalistas portugueses afirmam que esses problemas "não podem pôr em causa o direito das famílias ao planeamento familiar (...). A CGTP-IN apoia o princípio da liberdade de escolha no planeamento familiar defendido pela ONU e a concepção de que isso

exige que sejam removidos obstáculos identificados, como a insuficiência no acesso a cuidados de saúde, particularmente em matéria de higiene sexual e comportamento reprodutivo e a satisfação das necessidades sobre planeamento familiar".

O comunicado refere ainda a intolerável "situação da mulher a nível mundial" e cita dados concretos da ONU - "Calcula-se que todos os anos morrem 500 mil mulheres em consequência de gravidez e parto. Cerca de 200 mil destas mortes respeitam a abortos sem condições de segurança. E por cada morte dez mulheres adoecem

em consequência da gravidez e do parto. A mutilação genital feminina continua a ser praticada em muitas partes do mundo. Existem entre 85 e 114 milhões de jovens que correm esse risco".

Para concluir que "esta intolerável situação constitui um dos principais desafios que se colocam na Conferência do Cairo. Não se trata apenas dos reflexos desta situação no crescimento da população. Trata-se de afirmar que esta situação não se pode manter, de lutar pela emancipação das mulheres e de construir a igualdade entre homens e mulheres no mundo".

Berlim

Apelo para a cooperação entre a Europa e a África Austral

Uma conferência ministerial reuniu dias 5 e 6 deste mês de Setembro, em Berlim, representantes da União Europeia e da África Austral. Um encontro praticamente ignorado, mas cuja importância é entretanto realçada, nomeadamente em Portugal, por associações de paz, solidariedade e cooperação, sindicatos e autarquias.

Em causa a possibilidade de estabelecer outras formas de relação entre a África e a Europa, na perspectiva de uma "era nova de paz, reconstrução e desenvolvimento", como é referido pelas múltiplas organizações signatárias de um "Apelo Especial" dirigido ao Conselho de Ministros da União Europeia.

O Apelo afirma que, neste momento, "os países da União Europeia e da África Austral vão encontrar-se como estados soberanos", pelo que esta Conferência de Berlim tem "o potencial de abrir caminho a um período novo de associação entre a África Austral e a Europa". Potencial que, para se realizar, exige que a Europa siga outro caminho, envolvendo um compromisso activo em áreas fundamentais:

"- para a promoção e consolidação da paz e da democracia na África Austral, especialmente em Angola e Moçambique;

"- para a reconstrução e desenvolvimento da nova África do Sul e de toda a África Austral;

"- para o trabalho da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral e seus esforços para promover a integração regional, o

comércio intra-regional e outras formas de cooperação regional incluindo a auto-confiança;

"- para um desenvolvimento equilibrado e equitativo na África Austral, assim contribuindo para criar condições para a segurança comum regional;

"- para o desenvolvimento do comércio, do investimento e das relações de ajuda entre a Europa e a África Austral que sejam benéficas para a região como um todo e que não reforcem as desigualdades existentes".



África do Sul - imagens da vitória

Neste contexto o Apelo indica como acções específicas, para além das dirigidas para a reconstrução e desenvolvimento da África Austral, as que visam as situações concretas de Angola e Moçambique.

Refere-se assim, "a necessidade de a União Europeia (UE) intensificar os seus esforços, em cooperação com a ONU, para assegurar que seja alcançado e completamente implementado em Angola um acordo político que respeite os resultados das

eleições multipartidárias de Setembro de 1992 e esteja de harmonia com os Acordos de Paz de Bicesse".

E ainda a urgência do apoio ao processo de paz em Moçambique, "incluindo assegurar a implementação completa do Acordo de Paz Geral de Roma, especialmente em relação com a desmobilização e integração das forças militares e a criação de condições para que possam ter lugar, em 27 e 28 de Outubro, eleições genuinamente livres e justas".

Também por ocasião desta Conferência de Berlim, o Comité de Ligação das ONG (organizações não-governamentais) para o Desenvolvimento junto das Comunidades Europeias e o Grupo de Ligação dos Movimentos Anti-Apartheid da União Europeia, dirigiram um Memorandum Conjunto ao Conselho de Ministros da União Europeia sobre "Perspectivas para a Cooperação e Solidariedade União Europeia - África Austral".

Este documento recomenda, como objectivos-chave da política da União Europeia para a África Austral:

"- a promoção e consolidação da democracia;

"- a reconstrução e desenvolvimento da nova África do Sul e da região como um todo - tal desenvolvimento deve ser sustentável e participativo;

"- o fortalecimento da comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDAA) e dos seus esforços para promover a integra-

ção regional e um desenvolvimento equilibrado e equitativo".

Em referência directa à questão - fulcral - da África do Sul, o documento cita a introdução ao Programa de Reconstrução e Desenvolvimento do ANC, em que significativamente se sublinha que "nenhuma política democrática pode sobreviver e florescer se a maioria do povo permanece na pobreza, sem terra, sem perspectivas sólidas de uma vida melhor. Atacar a pobreza e as privações deve ser, por isso, a primeira prioridade de um governo democrático".

Na verdade, "as imensas desigualdades que hoje existem, tanto dentro da África do Sul como entre este país e o resto da região, são a fonte potencial de mais tensões e conflitos".

Razões de sobra para "o máximo apoio possível - tanto directo como indirecto - ao Programa de Reconstrução e Desenvolvimento (PRD), a pedra angular das políticas do novo Governo de Unidade Nacional".

O Memorandum para a União Europeia realça a importância deste programa de desenvolvimento e os seus seis princípios básicos - "um programa integrado, baseado no povo, que proporcione paz e segurança para todos e que construa a nação, uma reconstrução e o desenvolvimento e aprofunde a democracia", e sublinha o "papel essencial" que a União Europeia poderá desempenhar no apoio aos esforços do governo e do povo sul-africano.

PCP saúda PDS

O Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português enviou à Direcção do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha o telegrama que transcrevemos: Queridos camaradas, Os comunistas portugueses felicitam-vos calorosamente pelos importantes avanços do PDS nas recentes eleições regionais da Saxónia e do Brandeburgo. Desejamo-vos completo sucesso na campanha para o Bundestag, assim como em todas as actividades do vosso Partido no interesse dos trabalhadores e das massas populares da Alemanha.

Palestina

As negociações israelo-jordanas, que deverão terminar com a assinatura de um acordo de paz, recomeçaram na margem israelita do lago Tiberíades. As conversações estiveram interrompidas durante várias semanas devido às festas do calendário hebraico.

As duas delegações vão debater, nomeadamente, as delicadas questões da partilha da água e do traçado fronteiriço entre os dois países, os dois pontos mais difíceis das negociações israelo-jordanas.

Israel e a Jordânia terminaram em 25 de Julho o estado de guerra existente entre as duas nações.

Copenhaga

Cerca de 600 parlamentares de 117 países reuniram-se em Copenhaga para a 92.ª Conferência da União Interparlamentar (UIP), a organização mundial dos parlamentos.

Esta conferência, que tem lugar de 12 a 17 de Setembro, incide principalmente na promoção dos direitos do homem, no desenvolvimento económico e social e na luta contra a pobreza. A retirada do embargo contra o Iraque, a segurança e a cooperação no Mediterrâneo e a questão de Chipre serão outros assuntos debatidos nesta conferência.

Brasil

Sessenta mil dos 144 mil metalúrgicos do Grande ABC, a periferia industrial de São Paulo, entraram em greve por tempo ilimitado pela obtenção de reajustamentos salariais equivalentes à inflação dos dois últimos meses. De acordo com o presidente do sindicato dos metalúrgicos, Huguiberto Navarro, os trabalhadores pretendem obter os 11,87 por cento de inflação acumulada desde que, em 1 de Julho último, começou a circular o real, a nova moeda brasileira.

Delegações estrangeiras Depoimentos na Festa do «Avante!»

Vladimir Riáchine, do «Pravda» Metade das empresas russas tem salários em atraso

Na Festa do «Avante!» deste ano, o «Pravda» esteve representado por Vladimir Riáchine, vice-director e chefe de redacção do diário russo. Num curto depoimento para o nosso jornal, falou da actual situação económica, social e política que vive o seu país.



«Temos paradoxos como este na política russa», comenta, depois de lembrar que «o governo de Tchernomirdin não tem o apoio da maioria dos grandes partidos, criticam-no à direita e à esquerda. Relativamente a algumas questões, até o partido de Egor Gaidar, *Escolha Democrática da Rússia*, é contra o governo. Por vezes, o governo tem o apoio dos comunistas.» Cita, a propósito, o que se passou há poucos meses com o Orçamento: o Partido Comunista da Federação Russa, dirigido por Ziuganov e que «é o mais forte dos partidos e grupos comunistas», votou favoravelmente o Orçamento apresentado pelo governo, embora ele tenha um carácter «claramente antipopular». «Alguns deputados alegaram que não querem a queda do governo de Tchernomirdin, porque lhe sucederá outro pior», refere o jornalista do «Pravda». No entanto, «o partido de Gaidar votou contra o projecto de Orçamento».

A oposição, onde se inclui também o partido de Jirinovski, o Partido Liberal Democrático da Rússia, «não se consegue unir, os pontos de vista dos partidos representados no parlamento são muito divergentes e, por isso, não se deve esperar que haja uma oposição parla-

mentar firme». Quanto à oposição não parlamentar, Vladimir Riáchine refere que «na Primavera deste ano foi criado um movimento de opinião pública chamado *Entendimento em nome da Rússia* e entre cujos líderes estão Ziuganov, Rutskoï e o antigo presidente do Tribunal Constitucional, Zorkin». Mas «no período estival este movimento deixou-se apagar, nem chegou a constituir-se formalmente. Mais que isso: depois da votação do Orçamento, do movimento saiu Serguei Papurin, conhecido líder oposicionista, que dirige a Aliança Popular Russa.»

As eleições presidenciais «deveriam ter lugar em 1996, simultaneamente com as parlamentares, mas ninguém pode dizer se vão ou não realizar-se nessa altura», diz o vice-director do «Pravda», citando, a propósito, Vladimir Chumeiko, o *speaker* do Conselho da Federação (câmara alta do parlamento), para quem «não deverão realizar-se eleições antes de 1998».

«Depois do bombardeamento do parlamento, em Outubro de

1993, a Rússia tem vindo a tornar-se um Estado policial», denuncia Riáchine, adiantando que «um inquérito recente encomendado pelo "Novo Jornal Diário" inclui o chefe de segurança de Ieltsin entre os dez políticos mais influentes do país; nos vinte mais influentes entram os ministros da Defesa e do Interior e chefes de outras estruturas policiais e de segurança».

Ressalvando que «o Verão é sempre um período morto» na vida política russa, o jornalista do «Pravda» admite que, «apesar de haver no país 10 milhões de desempregados e estarem em vias de encerramento alguns milhares de empresas, a tensão social não é evidente», entre outros motivos porque «muita gente começou a cultivar em quintais e nas casas de campo, e retira daí produtos que ajudam a defrontar as dificuldades económicas das famílias».

Mas «surgiu agora mais um problema», relata Vladimir Riáchine: «62 por cento das empresas da Rússia retêm os ordenados, não pagam os salários regularmente; 10 por cento das empresas têm três meses ou mais de ordenados por pagar, enquanto 22 por cento têm pelo menos um mês de salários em atraso. Não recebem regularmente também os funcionários da administração pública.»

«Mas os funcionários do Ministério do Interior e das forças de elite do exército recebem sempre a tempo e horas», contrapõe.

«A fazer fé nos nossos analistas políticos, é de esperar uma explosão social neste Outono», diz Vladimir Riáchine, e «os primeiros sinais já se fizeram notar no mês passado, quando o edifício do governo foi bloqueado por camponeses».

Alírio Rodriguez, do P.C. Colombiano "O objectivo central da União Patriótica é alcançar a paz"

"Formalmente, o nosso país é uma República democrática, mas de facto muito pouco temos de democracia. A política de desenvolvimento económico sempre tem sido o liberalismo, apesar das diferentes posições que se registam a nível de poder sobre as formas de aplicar essa orientação.

"Isto tem-se reflectido no empobrecimento e na deterioração das condições de vida, de trabalho, de ensino, de saúde, da maioria da população. Uma política que simultaneamente se traduz num agravamento da repressão.

"É neste contexto que trabalha a esquerda, e em particular o Partido Comunista Colombiano e a União Patriótica."

Com esta rápida síntese da realidade colombiana teve início o nosso encontro com Alírio Rodriguez e Raquel Bernal, membros do colectivo da Europa do Partido Comunista Colombiano. Um depoimento colectivo de que aqui tentamos transcrever o essencial.

O núcleo central da oposição democrática é o Partido Comunista, mas a União Patriótica engloba muitos outros sectores, mesmo gente dos partidos tradicionais, sem partido, crenças. A sua criação gerou muita expectativa, muita esperança, entre as pessoas progressistas da Colômbia, pois os objectivos que aponta correspondem aos problemas mais sentidos.

O objectivo central da União Patriótica é alcançar a paz. Não uma paz obtida através do triunfo de uns sobre outros, mas a paz com justiça social, através

do diálogo entre todas as forças políticas, para se ir ao fundo dos problemas que afectam o país, às suas causas.

Uma paz que passaria antes do mais pela resolução da questão da propriedade da terra, a distribuição de terras aos camponeses, uma verdadeira reforma agrária, que de facto nunca existiu na Colômbia. Também no campo da educação se colocam tarefas muito concretas, a necessidade de uma reforma, em particular no que respeita ao ensino da história colombiana. Mas não só - o objectivo é uma



outra forma de ensinar, conciliando orientações concretas no que respeita à formação técnica da juventude, com o estímulo à formação de opiniões próprias, sem impor esquemas e programas pré-estabelecidos. Avançam-se igualmente propostas concretas no domínio da saúde.

A nova Constituição política está marcada por profundas ambiguidades, o que abre portas a qualquer arbitrariedade. Os principais pontos em discussão quando do debate que antecedeu a aprovação desta Constituição, acabaram por ficar de fora. Por exemplo - a questão militar. E entretanto nós consideramos que qualquer processo de abertura política na Colômbia terá que passar pela reforma e a depuração das Forças Armadas.

Miloslav Ransdorf, do PC da Boémia Trabalhamos com confiança para as eleições de Novembro

Vice-presidente do Partido Comunista da Boémia-Morávia, Miloslav Ransdorf, explica, num depoimento concedido durante a Festa do «Avante!», por que motivo os comunistas encaram com confiança as próximas eleições para o poder local na República Checa.

«O PCBM surgiu em Março de 1990 como uma secção do então Partido Comunista da Checoslováquia. O desenvolvimento histórico dos últimos tempos da república levou a que houvesse um percurso distinto para os camaradas da Eslováquia e da Boémia-Morávia.

«Contamos actualmente com 7500 células de base. Depois da crise por que passámos no ano passado, entendemos que era importante proceder a uma actualização dos ficheiros; hoje temos 250 mil militantes que pagam regularmente a sua quotação. Se não tivesse acontecido a crise do ano passado, era provável que tivéssemos uma base bastante mais alargada; importa também considerar todos os ataques anticomunistas

e as pressões ideológicas que acompanham o processo de reconstituição do capitalismo na República Checa. Houve mesmo tentativas de proibição do partido. Somos, no entanto, um partido legal, com representação parlamentar, e conseguimos nas últimas eleições legislativas, em 1992, uma percentagem de 14,2 por cento dos votos.

«Estamos convictos que nas próximas eleições locais, a 18 e 19 de Novembro, poderemos obter resultados da ordem dos atingidos em 1990, quando obtivemos 17,2 por cento e 300 presidências. Hoje temos um activo de militantes muito superior aos outros partidos: o Partido Democrático Cívico conta apenas com 30 mil membros, o Partido da Social-Democracia tem 12

mil, a Aliança Cívica Democrática possui 2 mil. Entretanto, já deixou de existir o Forum Cívico. Por outro lado, os nossos camaradas eleitos conseguiram ganhar prestígio durante estes anos.

«Para já, o nosso objectivo é actuar como oposição firme e convincente. Por isso temos sido bastante activos no parlamento, particularmente na apresentação de propostas para atacar os problemas económicos. Não esgotamos, no entanto, a nossa acção no plano institucional e parlamentar, e temos em curso outras actividades, como um programa de intervenção social que permite fazer chegar à população bens e serviços em melhores condições que no mercado normal; prestamos ainda serviços gratuitos de consultoria económica e jurídica. Para além da preservação da estrutura orgânica, a existência de um conjunto de quadros altamente preparados é uma das qualidades mais fortes do partido.



feita

Avante!

feita de Abril

Vladimir Krsljanin, do P.S. da Sérvia "A proposta de paz é uma solução imperfeita mas positiva"

"Após vários anos de uma situação muito dura - resultante das pressões no plano internacional, ligadas a propostas para a resolução do conflito que redundariam em detrimento do povo sérvio - finalmente prevaleceu, na Comunidade Europeia, o interesse de alcançar uma paz na região, e assim surgiu a proposta de paz do chamado grupo de contacto" - afirma Vladimir Krsljanin, membro do Comité Executivo e responsável das relações internacionais do Partido Socialista da Sérvia, em depoimento sobre a actual situação na Bósnia.

"É uma solução imperfeita, mas que abre a possibilidade de alcançar a paz, com respeito pela igualdade das três nações que vivem na região. Permite além disso que os sérvios da Bósnia mantenham relações confederais com a República Federal da Jugoslávia, uma exigência que se afirma desde a cisão da República.

"Por essa razão, o governo da Jugoslávia, o povo jugoslavo e o meu Partido consideram a decisão da direcção dos sérvios da Bósnia de recusa deste plano, como errada. As forças que querem a continuação e o alastramento do conflito na Bósnia são muito fortes, e esta decisão dos sérvios bósnios vai ao encontro destas forças. Contra os interesses do seu próprio povo.

"Por isso é fundamental que seja reconhecido pela comunidade internacional o papel construtivo que a Federação Jugoslava desempenhou em todo este processo de negociações, as propostas construtivas que apresentou. É preciso que a comunidade internacional reconheça esse esforço, e que levante finalmente as sanções, que são uma vergonha para todo o mundo civilizado e têm afectado e penalizado o nosso país.

"Seria uma contribuição importante para a melhoria da situação e poderia contribuir para convencer os sérvios da Bósnia de que as negociações levam a resultados.

"Por tudo isto, apreciamos altamente a posição construtiva e objectiva do Partido Comunis-



ta Português, as posições que tem tomado tanto em instituições nacionais como europeias.

"E pensamos que a situação jugoslava mostra claramente a importância e a necessidade da cooperação entre as forças progressistas e de esquerda para se oporem à actual correlação de forças que marca as relações internacionais".

Sobre a actual situação política na República Federal da Jugoslávia, Vladimir Krsljanin afirmou que a situação é estável e defendeu que o seu país "é a única região da Europa de leste onde o socialismo e os valores do socialismo sempre se mantiveram à frente do processo. Não houve, como noutros países, uma tomada de poder pelas forças de direita."

"Nos últimos quatro anos, devido às pressões - quer internas, de direita, quer internacionais - fomos forçados a ter fazer eleições quatro vezes - referiu - e das quatro vezes o Partido Socialista da Sérvia e o Partido Democrático do Socialismo de Montenegro ganharam as eleições.

"E, mais do que isso, apesar de uma situação extremamente difícil - em consequência das sanções, que afectaram as condições de vida da população, particularmente as crianças e idosos, aqueles que mais necessitam -, conseguimos estabilizar a situação económica.

"Isto num quadro de total isolamento, em que se manteve uma economia de mercado, mas sem quaisquer contactos com as instituições financeiras internacionais".

Concluindo, o dirigente do Partido Socialista da Sérvia afirmou: "Os efeitos e as consequências das sanções são ainda muito duros e difíceis de suportar, mas sentimos a solidariedade dos povos vizinhos que reconhecem que a Jugoslávia foi usada como um instrumento de pressão, de chantagem, em relação a toda a área".

Huu Tho, do P.C. do Vietnam "A economia do nosso país tem vindo a registar grande crescimento"

"O Vietnam está hoje num caminho seguro de renovação. Mantemo-nos solidamente na via do socialismo, pois somente o socialismo pode resolver as questões de igualdade social para o povo vietnamita" - diz Huu Tho, membro do CC do Partido Comunista do Vietnam e redactor-chefe do jornal "Nhan Dan", num breve encontro com o "Avante!".

Nessa perspectiva se desenvolve "uma economia em que coexistem vários sectores, mas em que o sector principal é o sector do Estado".

Seguindo esta linha, "a economia do nosso país tem vindo a registar um grande desenvolvimento, com um crescimento médio anual da ordem dos 7 por cento.

"Anteriormente, o nosso país satisfazia já as suas necessidades alimentares em arroz e milho. Entretanto, já o ano pas-



sado, e este ano, passámos a ser o terceiro exportador mundial de arroz do mundo. Somos também o oitavo exportador de café. O valor das exportações anuais de pescado é de 350 milhões de dólares. Começamos agora a explorar e a exportar petróleo - uma média anual de exportação de milhões de toneladas. Mas em geral pode-se dizer que o Vietnam é ainda um país pobre.

"Pensamos entretanto que o país se irá desenvolver rapidamente num futuro próximo. Temos um plano para duplicar o

produto nacional bruto (PNB) até ao ano 2000."

Na sequência da aprovação da nova Constituição, a Assembleia Nacional decidiu que os investimentos estrangeiros não serão objecto de nacionalização e que será garantida a livre exportação de lucros.

Medidas que levaram a um aumento do investimento estrangeiro. "Neste momento, há já 40 países que fizeram investimentos no Vietnam. Cerca de 7 mil milhões de dólares. Contam-se actualmente 11 filiais de bancos estrangeiros no nosso país."

Os custos sociais deste desenvolvimento económico são entretanto evidentes, registando-se "uma acentuada divisão entre camadas da população, entre ricos e pobres".

"Por isso, o Estado deve manter uma viva atenção em relação aos pobres, para os ajudar", considera Huu Tho, que afirma que "o Estado deve garantir a posse das principais empresas. Simultaneamente promovemos a constituição de cooperativas camponesas. São factos novos da nossa realidade."

No plano político-partidário, Huu Tho sublinha que "o desaparecimento da União Soviética teve consequências profundas no Vietnam. Mas o mais difícil já passou. O ano passado aderiram ao Partido mais 16 mil membros, dos quais 60% são jovens."

Referindo-se ao novo quadro político em que o país vive, resultante da Constituição aprovada em 1992, Huu Tho considera que "actualmente temos um Estado de direito no Vietnam. Temos uma Assembleia Nacional, que é eleita pela população".

E defende que "o aspecto mais importante da nova Constituição é a natureza do Estado". Que ilustra com um facto concreto - "a Assembleia Nacional é votada pela população, mas a Frente da Pátria, que reúne diferentes camadas sociais, tem o direito de decidir sobre os candidatos a deputados".

O dirigente vietnamita refere, por outro lado, a liberdade religiosa, num país de maioria budista, onde, entretanto, são professadas 6 religiões diferentes.

do contra militantes comunistas, da União Patriótica e de outras organizações sociais.

Na Colômbia, o protesto social está a ser penalizado como se de um crime se tratasse e foi implantada uma forma de "justiça sem rosto" ligada a verdadeiros processos políticos contra toda a oposição.

Uma situação que tem vindo a ser denunciada na Comissão de Direitos Humanos da ONU e contra a qual a Amnistia Internacional está a desenvolver uma ampla campanha de denúncia e solidariedade.

É neste quadro que hoje se afirmam como objectivos centrais das forças democráticas colombianas:

- Uma solução política negociada para o conflito político, social e armado que se vive no país. O recomeço das conversações entre o governo de Ernesto Samper e a coordenadora Guerrilheira Simon Bolivar, por uma paz democrática com justiça social

- A dissolução e condenação dos membros e promotores dos grupos paramilitares

- A depuração das forças armadas e da polícia. A eliminação das normas que garantem a impunidade militar

- A libertação dos presos políticos e a eliminação da chamada "justiça sem rosto".

está a atingir especialmente a agricultura e os agricultores. Importa sublinhar que mais de 80 por cento das cooperativas anteriormente existentes sobreviveram, muito embora estejam sujeitas a uma violenta pressão económica e política. Por outro lado, o nosso partido possui um programa de reestruturação agrícola que tem merecido apreciações muito positivas da parte de especialistas independentes.

«Temos igualmente programas para outras importantes reformas económicas e sociais, para a saúde, a habitação, a juventude, um programa de estabilização. Com a nossa acção, já conseguimos importantes vitórias, como evitar a diferenciação de impostos aplicados a 630 mil reformados (se não fosse a nossa intervenção no Tribunal Constitucional, pagariam mais do dobro de imposto) ou manter a gratuitidade do ensino básico e secundário (igualmente no TC).

«Embora tenhamos dificuldades financeiras, podemos dizer que nos distingue dos outros partidos da república o facto de não devermos nada a ninguém, e isso não é conseguido à custa da redução da nossa actividade, que continua a aumentar.»

Morávia

«Na Conferência de Renovação, a realizar no fim de Outubro ou depois das eleições de Novembro, vamos apresentar um conjunto de propostas inovadoras, para demonstrar que há alternativa à actual política e que é possível uma melhor governação do país.

«O PCBM tem maior implantação no Norte e Sul da Morávia e no Norte e Centro da Boémia. Somos mais fracos na região de Praga, a capital. Tivemos os piores resultados na Boémia Oriental.

«Hoje cresce o interesse pelo partido entre os trabalhadores e alguns outros estratos que se sentem particularmente ameaçados. É uma alteração importante, pois nas últimas eleições os operários votaram maioritariamente em partidos de direita. Contudo, têm sido fortemente prejudicados por uma política que está a afastar o país dos níveis de desenvolvimento que já teve e que coloca os preços da nossa mão-de-obra 20 vezes abaixo dos ordenados alemães, embora a qualificação técnica seja semelhante.

«Esperamos também que cresça o nosso apoio na província, pois a política do governo

Ponte 25 de Abril

Marcha lenta protesto acelerado

Poucos acontecimentos têm justificado tanta atenção, nos últimos tempos, como a que tem rodeado os aumentos brutais da portagem da Ponte 25 de Abril e a poderosa resposta dos utentes que, tendo tido início em Junho, entrou, com o reinício da cobrança das portagens em Setembro e com os acontecimentos de terça-feira, numa fase de redobrada intensidade.

Trata-se de acontecimentos cheios de significado que ultrapassam largamente o mal-estar provocado pelos aumentos e dão nota da profunda insatisfação e descontentamento existente na sociedade portuguesa com a política de direita do Governo do PSD.

1 - Profundas razões de protesto

Os municípios do distrito de Setúbal ribeirinhos do Tejo são, com a cidade de Lisboa, o centro urbano da Área Metropolitana de Lisboa, constituindo uma autêntica cidade com duas margens. A dependência do emprego de Lisboa que a política de direita dos últimos anos tem acentuado, obriga alguns milhares de pessoas a fazer todos os dias, mês após mês, ano após ano, o trajecto casa-emprego, perdendo, no percurso, nos acessos à ponte e através dela, quatro e mais horas por dia, sujeitas ao desgaste psicológico, ao stress e à tensão dos atrasos, tantas vezes de pé em superlotados transportes públicos, ou em filas intermináveis de automóveis, desgastando os veículos e consumindo elevadas quantidades de combustível.

As medidas para atacar estes problemas têm sido sucessivamente proteladas pelo Governo, apesar de inúmeras propostas do PCP e das autarquias locais.

É neste quadro que são anunciadas duas deliberações governamentais, com reflexos condicionadores da evolução da Área Metropolitana de Lisboa, por longos anos: a construção da nova ponte Sacavém-Montijo e a implementação do comboio na Ponte 25 de Abril.

A insensibilidade face aos problemas das populações e a sua política ao serviço do grande capital levou o Governo a descobrir, na sua fúria privatizadora, uma solução que não "lembraria ao diabo". Resolveu privatizar as travessias rodoviárias do Tejo (a construção e exploração da nova ponte e a exploração da actual) e a linha ferroviária que irá atravessar o Tejo. E para viabilizar esta sua opção decretou aumentos brutais das portagens da Ponte 25 de Abril.

De facto, os aumentos da portagem da Ponte 25 de Abril, decididos para aplicar em Junho e a sua progressão para valores ainda mais elevados no futuro, nada têm a ver com o serviço prestado, ou com as despesas de manutenção da actual ponte e ainda menos com o seu pagamento. Os aumentos decretados, como



diversas vezes foi sublinhado, são um imposto ilegal sobre os utentes da Ponte 25 de Abril destinado não só a pagar a nova ponte, mas também a garantir os elevados lucros com que o Governo se comprometeu com o consórcio privado que a vai construir e explorar. O Governo criou uma situação em que: continua o pagamento duma portagem numa ponte mais que paga que é a única numa zona urbana com pagamento de portagem; não há alternativa para deslocação casa-emprego para muita gente; presta um serviço caracterizado pela sujeição a filas de trânsito intermináveis com o desgaste daí resultante; obriga a pagar aumentos para a construção duma ponte que não irá resolver o problema dos engarrafamentos na ponte actual; não há verdadeiras perspectivas de solução destes problemas a médio prazo. Tal situação provocou um sentimento generalizado de profundo descontentamento, de protesto e revolta com uma expressão raramente vista, que o

Governo até hoje não entendeu ou finge não entender.

2 - Governo PSD/Cavaco Silva - uma postura arrogante e autoritária

O Governo na linha da sua arrogância e autoritarismo não ouviu ninguém, decidiu e mandou publicar e pensou que todos se teriam que conformar. Enganou-se!

A insatisfação, a consciência da sua razão e da injustiça das posições do Governo, gerou uma acção dos utentes, com uma enorme força e combatividade. O "Buzinão", o pagamento com notas de valor elevado e com sacos de moedas são expressão dum amplo processo de luta, que tem como ponto alto o bloqueio de 24 de Junho. A continuação do "Buzinão" e das formas de pagamento demoradas, após a carga policial sobre o bloqueio deram nota da amplitude e profundidade do protesto, obrigaram o Governo à encenação do acto de contrição do Ministro Ferreira do Amaral na televisão e não lhe deixaram outra alternativa que não fosse recuar, obrigando-o a concessões como a suspensão da portagem durante dois meses e à introdução dum esquema de descontos, medidas que, sendo insuficientes, foram uma primeira vitórias dos utentes.

3 - Uma oportunidade perdida

A suspensão da cobrança das portagens, que poderia ter sido uma oportunidade para uma reflexão séria sobre o problema e para o início de um diálogo alargado, foi desaproveitada pelo Governo, que enveredou pelo caminho da preparação de campanhas propagandísticas para tentar iludir os utentes e da montagem dum gigantesco dispositivo de forças policiais com grandes meios que anunciou e exibiu publicamente como forma de intimidação dos utentes.

Paralelamente, foi sendo criada a ideia do embate decisivo de 1 de Setembro, da vitória ou da derrota, ligada exclusivamente ao grau de adesão à consigna do não pagamento, ou a bloqueios tipo 24 de Junho, subestimando a determinação de milhares de utentes e desprezando e desvalorizando aquelas que têm sido até à pouco as formas de luta mais massivas e criativas - o "Buzinão" e os mecanismos de pagamento demorado.

4 - O erro de cálculo do Governo - uma derrota da mistificação, da arrogância e do autoritarismo

Para muitos que consideravam que nada de especial aconteceu no dia 1 de Setembro e seguintes, passou ao lado do significado profundo do protesto sonoro de dezenas e dezenas de milhar de utentes ao longo de doze dias consecutivos, o "Buzinão" junto da residência do Primeiro-Ministro, que em si, como o PCP tinha



FRANCISCO LOPES
Membro da Comissão Política

A situação é insustentável, o Governo é o responsável com a sua intransigência pelas perturbações causadas no principal eixo de ligação rodoviária norte-sul e pelos enormes prejuízos que daí resultam.

sublinhado, se traduziu numa clamorosa derrota do Governo e das suas campanhas de mistificação. Para esses e para aqueles que falavam da derrota dos utentes e da vitória do Governo, que diziam que a ponte deixava de ser notícia, o dia 13 de Setembro foi uma grande surpresa.

Após treze dias de "Buzinão", bastou um bloqueio simbólico de escassa meia hora para que se generalizassem durante todo o dia nos mais diversos locais de acesso à ponte centenas de paragens e minibloqueios, a par da marcha lenta de dezenas de milhar de utentes no tabuleiro da ponte, provocando um dos maiores engarrafamentos da história da ponte.

Mais uma vez, o PSD e o Governo vieram com a acusação de que se tratava duma acção dum grupo reduzido de agitadores, uma acusação risível perante a adesão massiva ao protesto. É preciso estar muito insatisfeito e consciente da razão que se tem, para depois de estar duas, três, quatro ou mais horas numa fila de trânsito, quando finalmente se tem acesso ao tabuleiro da ponte se circular, como forma de protesto, em marcha lenta, tendo terreno livre para andar. Mas foi isto que fizeram milhares e milhares de automobilistas e motoqueiros e camionistas na terça e quarta-feira sobre o olhar do corpo de intervenção.

Foram gastos centenas de milhar de contos em campanhas propagandísticas, foi feita a mobilização geral de efectivos (SIS; PSP; GNR; JAE, etc.), foram reunidos dispendiosos meios técnicos (PSP; GNR; JAE e das próprias Forças Armadas) com forte aparato. Até o espaço aéreo da ponte foi limitado. Tudo isto para quê?

Se fosse como o Governo diz, um grupo isolado, todo esse dispositivo ter-lhe-ia permitido alcançar os objectivos da neutralização do protesto. Mas no dia 13 de Setembro, como antes com o "Buzinão", houve uma participação massiva, criativa e determinada dos utentes da ponte, que puseram o Governo e as forças por si mobilizadas a olhar para o protesto, pouco podendo fazer. A intervenção do Governo e dos meios que reuniu acabou afinal por se traduzir em medidas que agravaram as consequências do protesto dos utentes, complicando ainda mais a circulação.

Ficou claro que a determinação dos utentes e a amplitude do seu protesto, independentemente da evolução futura, conseguiu já uma importante derrota das campanhas do Governo da sua estratégia arrogante e autoritária. Como ficou demonstrado no terreno, a solução para o problema da ponte não passa pelas forças policiais e pela repressão, passa pelo diálogo e por uma solução política.

5 - E agora, sr. Primeiro-Ministro?

O Governo não está a lidar com um grupo isolado, está a afrontar dezenas de milhar de utentes que contam com uma ampla solidariedade no país. Utes que têm razão e estão convictos dela e que, ao contrário do Governo que se escuda na lei para aplicar um imposto ilegal, têm toda a legitimidade para lutar contra a sua aplicação. Seja qual for a intensidade e as formas de protesto dos próximos dias, se não forem encontradas soluções essa razão não se alterará e não é de estranhar que os acontecimentos dos dias treze e catorze de Setembro, porque resultam dum profundo e alargado descontentamento, se possam repetir e intensificar.

A situação é insustentável, o Governo é o responsável com a sua intransigência pelas perturbações causadas no principal eixo de ligação rodoviária norte-sul e pelos enormes prejuízos que daí resultam para a economia nacional e para a vida de grande parte da Área Metropolitana de Lisboa. O diálogo é o único caminho para uma solução que passa pela anulação dos aumentos e pela eliminação da portagem.

A «Wehrmacht» marcha contra Moscovo

■ Manoel de Lencastre

A 27 de Setembro de 1941, Kiev, mãe de todas as cidades, caíra, finalmente. Mas Leninegrado, capital de todas as Rússias, resistira. Certo, ficara sujeita a um bárbaro, cruel, mortal assédio que se prolongaria até 1943. A velha Petrogrado operária e centro revolucionário que abrindo-se a dezenas de canais é a Veneza do Norte, a cidade de Oblomov, Ana Karenina, do conde Vromski, pátria do espírito de Gogol e Dostoievski, preparava-se, entretanto, para a mais sacrificada e heróica das resistências. Sabia que a grande União Soviética conseguiria estancar e derrotar as hordas de assassinos nazis que tinham vindo destruí-la e acabaria por libertá-la.

longo de várias semanas tornar-se-ia, como era de prever, num dos mais momentosos acontecimentos militares do século e, na verdade, de toda a História. Às portas de Moscovo ficou demonstrado, de facto, que os invencíveis exércitos da Alemanha nazi, que durante dois anos haviam marchado de país em país, vitoriosamente mas sem obstrução

através da directiva Nº 35 na qual dirigindo-se às tropas que iriam tomar parte no monstruoso ataque, Hitler, a 2 de Outubro, proclamava: «O caminho mostra-se aberto, enfim, para que através de um poderoso ataque destruamos o inimigo antes do Inverno. Tanto quanto humanamente é possível, todos os preparativos estão completos. Hoje, começa a última e a mais decisiva batalha do ano».

O alto-comando soviético, entretanto, cujas forças para enfrentar as legiões de novos bárbaros em movimento, eram inferiores, como já sabemos, iniciara, secretamente, importantes transferências de tropas do Extremo-Oriente para o teatro de operações do sector de Moscovo. A URSS sempre temera, como se compreende, a possibilidade de vir a encontrar-se entre dois fogos se o Japão invadisse a parte asiática do país. Mas surgira, a 14 de Setembro, a mais preciosa das informações: «O governo nipónico decidiu não agir, militarmente, contra a União Soviética.» Richard Sorge, agente secreto soviético internacional, operando no seio do corpo diplomático estacionado em Tóquio, conseguira dados seguros que permitiriam ao governo de Moscovo alterar a sua estratégia e começar a reforçar as Frentes de exércitos que se aprestavam para a suprema das supremas tarefas: a defesa da capital.

Impedido, porém, de ver as tropas do «Grupo de Exércitos Norte» desfilar na «Perspectiva Nevski» o «Führer», em Berlim, exibia a mais vitriólica das fúrias e jurava que a vingança da «Wehrmacht» cairia sobre a capital do primeiro Estado socialista da História. Do Kremlin, um brado angustioso surgiu: «Venha urgentemente a Moscovo, camarada general Jukov. Temos problemas na Frente de Reserva.»

Horas dramáticas

A 6 de Outubro, o comandante da Frente de Leninegrado, chegado a Moscovo com total urgência, explicava ao Comandante Supremo as condições em que se conseguira ganhar uma certa estabilização no sector da cidade de Lénine. Mas ensombrou o seu discurso com uma terrível informação: «O inimigo, camarada Stalin, passou à defensiva e prepara-se para sitiá-los durante todo o Inverno até que possa renovar o ataque. O nosso reconhecimento aéreo, todavia, acaba de detectar largas colunas de forças motorizadas e de tanques em movimento para Sul. Vêm integrar-se nos exércitos que atacam Moscovo.»

Nestas incertas e pungentes condições, Jukov já transmitira o comando da Frente de Leninegrado ao general Fediuninski e recebera ordens da «Stavka» para ir assumir, prontamente, o da Frente de Reserva, em substituição de Budenny, cargo, aliás, que lhe pertencia antes de ser chamado a Leninegrado. A Frente de Reserva ocupava uma vasta zona a sul de Smolensk e concentrando-se, principalmente, no sector de Vyazma, receberia, fatalmente, os primeiros e os mais impetuosos ataques dos 3º e 4º Grupos de exércitos Panzer, de von Kleist e Heppner. Desenhava-se, portanto, no carregado horizonte da capital da URSS daqueles dias férreos de princípios de Outubro, a inequívoca indicação de que a batalha suprema iria em breve ter lugar. Moscovo preparava-se. Quase toda a indústria havia começado a ser transferida para zonas seguras, assim como diversos órgãos da administração do Estado soviético. Trabalhava-se febrilmente na abertura de trincheiras e na construção de fortificações à volta da grande cidade. As mãos do povo cujos filhos marchavam para as linhas de combate onde a Pátria soviética se defendia, cavavam sistemas de defesa antitanque, protegiam a terra-coração da URSS. Moscovo, entretanto, era uma cidade esvaziada de quase tudo o que, antes da guerra, constituía o seu viver. Uma extrema melancolia estabeleceu-se. Circulavam carros militares. Sentia-se que a hora mais dramática estava à porta.

Três milhões de soldados

Três grupos de exércitos defendiam os acessos à capital soviética: a Frente Ocidental (Konev) que operava na zona de Tula, a Frente de Reserva, cujo posicionamento já referimos, e a Frente de Bryansk (Ieremenko) que se colocava à esquerda daquela e defendia Orel e toda a região que os «panzers» de Guderian, abrindo para Tula e Moscovo, teriam de atravessar. Os efectivos destas Frentes eram, em fins de Setembro, de 1 250 000 homens, e o material de que dispunham constava de 990 tanques, 7600 peças de artilharia e morteiros, 677 aviões. Quanto aos alemães, após haverem procedido ao agrupamento das forças chamadas para o sector de Moscovo, possuíam o dobro da aviação, 70% mais tanques, 80% mais canhões e morteiros e 1 750 000 homens. Ia começar a batalha de Moscovo, um gigantesco encontro em que milhões de homens em luta decidiriam o destino do mundo.

Esta terrível e sangrenta batalha que se desenrolaria ao



digna desse nome, não tinham suficiente força, nem moralidade, nem real capacidade para derrotarem todo um povo em armas que defendia duas coisas: a sua liberdade e sobrevivência e o seu direito a construir uma nova forma de existência. Moscovo foi o ponto de viragem onde a guerra adquiriu um novo perfil. Os alucinantes combates que se travaram nas cercanias da capital soviética onde o comportamento do Exército Vermelho e do povo de toda a zona foi simplesmente heróico, provaram que existiam no mundo forças capazes de poupar a Humanidade à escravidão de 1000 anos que o «Reich» hitleriano propunha.

Richard Sorge, herói da URSS

Em Setembro de 1941, os estrategos nazis já sabiam que a URSS jamais seria derrotada enquanto Moscovo continuasse a brilhar como a estrela que iluminava a resistência soviética e mundial contra as tentativas de hegemonia dos fanáticos hitlerianos. O objectivo fundamental era Moscovo, portanto. Agora, o «Heeresgruppe Mitte» (Grupo de Exércitos Centro) chamara a si o Grupo Panzer de Guderian que se havia desviado para a Ucrânia e, com reforços chegados de vários outros sectores, como já vimos, reparado o material, recebidos novos sistemas de armamento, achava-se em condições de avançar. Mas, marchando sobre Moscovo, certos de uma vitória instantânea e tida como inevitável, subestimavam a capacidade que o Exército Vermelho havia já demonstrado em Smolensk — aí, a heróica resistência oferecida pelo famoso 16º exército (Lukin) e pelas formações do grupo de Rokossovski (24º e 30º exércitos) deveria ter constituído um sério aviso. Não obstante, a satânica operação «Tufão» (o ataque a Moscovo) recebeu o assentimento do «Führer»

Tanques de Lelivchenko...

A 2 de Outubro, portanto, o ataque geral contra todas as zonas que protegiam a cidade principal da URSS iniciou-se. Forças de choque nazis, rompendo de norte e sul, bloquearam importantes formações militares soviéticas, em Vyazma, ao mesmo tempo que desencadeavam violentos ataques em Dulkovshchina e a leste de Roslavl. Os panzers de Guderian e o 2º exército, havendo arrasado Chostka, Glukovka e Jukovka, desenvolviam poderosos ataques contra as posições da Frente de Bryansk cujos 3º e 13º exércitos rapidamente se viram ultrapassados, em Trubchevsk, enquanto os carros de Guderian se dirigiam a louca velocidade na direcção de Orel. Esta cidade, com efeito, acabaria por cair na posse de Guderian logo no dia 3.

... contra Guderian

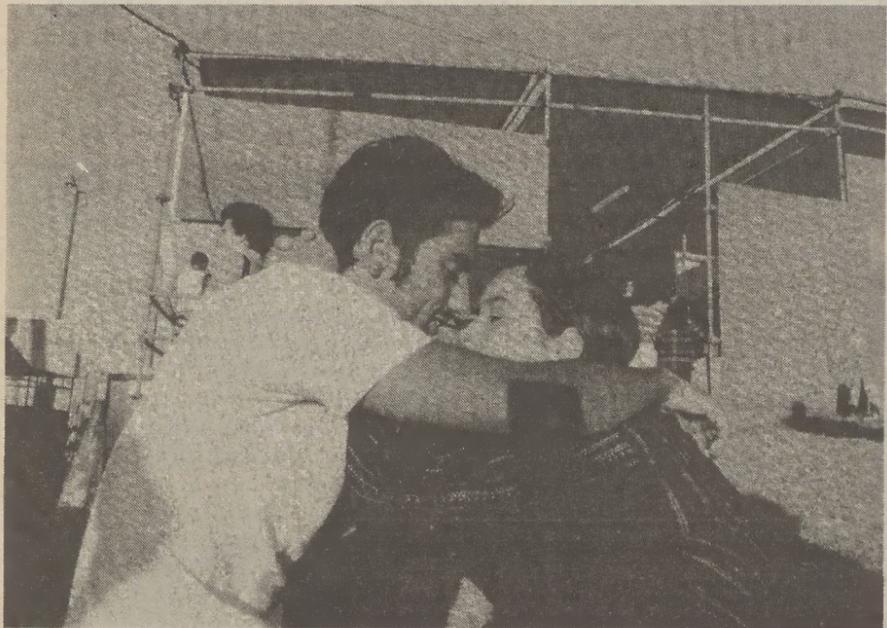
Para socorrer os dois mencionados exércitos soviéticos, o 1º Grupo de Guardas Atiradores (Lelivchenko), poderosamente reforçado com unidades de tanques, colocou-se na zona de Mtsensk onde enfrentou o 24º corpo de tropas motorizadas nazis numa terrível batalha em que, pela primeira vez, os tanques T-34 do Exército Vermelho, surgindo de surpresa, causaram perdas importantes à 4ª divisão «panzer», particularmente, enfraquecendo o grupo de Guderian e impedindo que o avanço deste para Tula se concretizasse, no imediato. Tula, aliás, seria a cidade que o já então célebre comandante de tanques germânico nunca conseguiria vencer e ultrapassar. No contexto da batalha de Moscovo, Tula seria, em si, uma batalha à parte, como veremos.

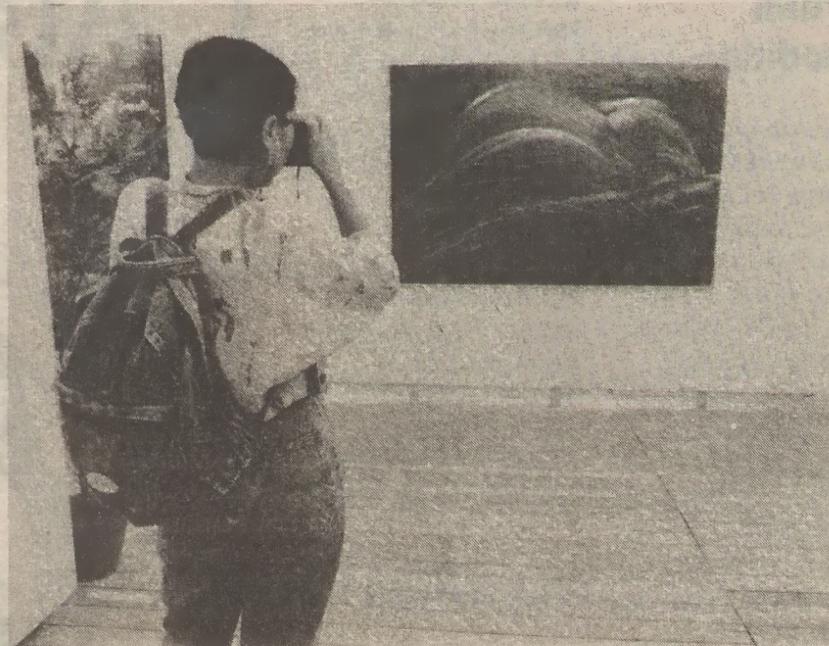
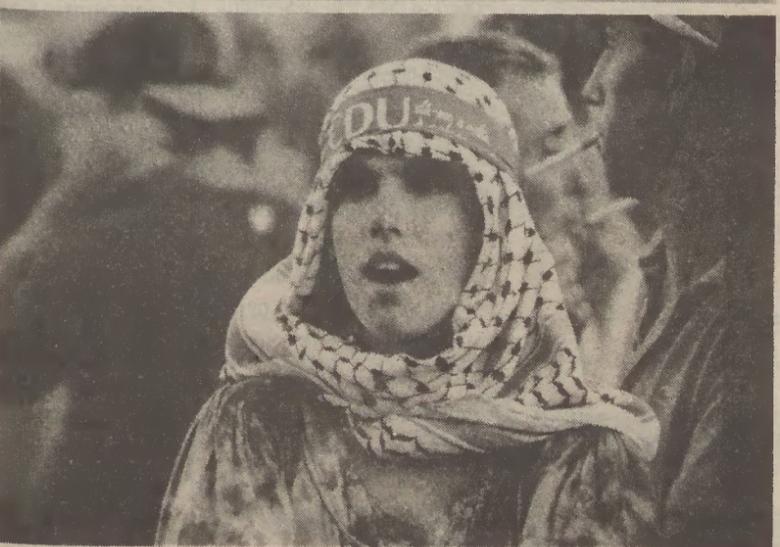
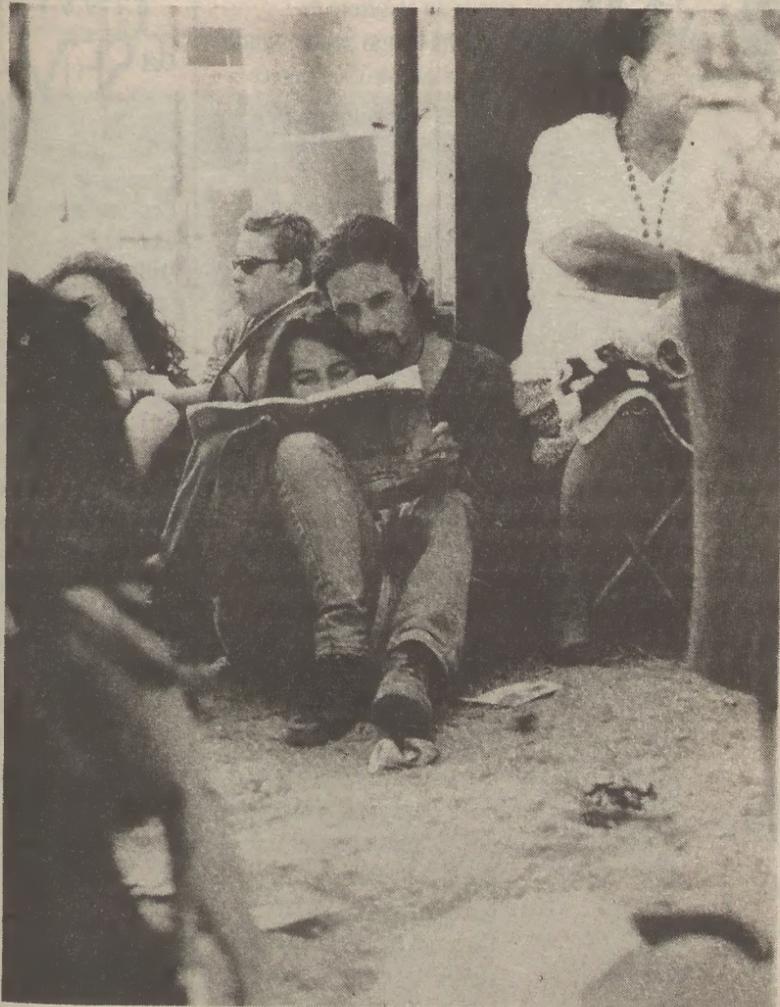
Parecia já tão distante, então, a noite trágica de 21 para 22 de Junho, quando a invasão da URSS se materializou. Como se afastava na distância do tempo, tão rapidamente, a manhã dolorosa de 22, as populações soviéticas olhando os céus, angustiadas, enquanto as zonas fortificadas, nas fronteiras, cediam uma a uma... Três meses e meio de guerra haviam passado. A URSS já não era a mesma. Ontem, trabalhava na construção pacífica do seu socialismo em condições intratáveis, é certo, mas derrubando fronteiras que jamais os homens ou as nações haviam enfrentado. Agora, era um Estado em guerra total. E longe, abrigando-se nas suas fortalezas, mas também em perigo, o capitalismo anglo-saxónico esperava que os dois colossos, cujo violento e histórico choque na região moscovita estamos a descrever, se destruíssem mutuamente e percessem. Então, ele reinaria sobre a Humanidade inteira. Ele, o grande capital imperialista, mais as suas fiéis companheiras de percurso, a democracia e a liberdade burguesas.

Mas do coração de Moscovo, do sentir dos comunistas, da alma do povo soviético, um grito poderoso irrompia: «A Rússia é vasta, camaradas, mas à retaguarda de Moscovo não há lugar para onde fugir!»

■ Carlos Nabais
Jorge Caria
Sérgio Morais
João Garcéz
Gonçalo Pereira
e
Zé Frade

AS FOTOS DA FESTA





Exposição «Que Viva Abril» apresentada na Festa de «L'Humanité»

Sob o título «Que Viva Abril», a Exposição Internacional de Artes Plásticas que esteve patente na Festa do «Avante!» comemorando o 20º aniversário do 25 de Abril, esteve igualmente presente na Festa de «L'Humanité», realizada no passado fim-de-semana no parque de La Corneuve, em Paris.

A presença da exposição na capital francesa estava desde início prevista, uma vez que a reunião de obras de 20 artistas portugueses e 25 estrangeiros resultara do acordo entre a direcção das duas Festas e do trabalho comum de Raoul Jean Moulin e Rui Mário Gonçalves, comissários da Exposição.

Os quadros presentes na Atalaia viajaram para Paris logo na segunda-feira após a Festa, a cargo de dois dos membros da comissão executiva da exposição, Vítor Santos e Manso Pinheiro. Com o apoio de uma equipa de camaradas franceses, a exposição foi montada no parque da Corneuve, onde tradicionalmente se realiza a Festa do órgão central do PCF, na área da organização regional de Val d'Oise e inaugurada oficialmente no sábado, às 12 horas, com a presença do camarada Robert Hue, secretário-geral do PCF, do camarada Ruben de Carvalho, membro do Comité Central e chefe de redacção do «Avante!», que representava o órgão central do PCP, Pierre Laporte, director da Festa de «L'Humanité», Deinis Duvot, do Comité Nacional do PCF. Após algumas palavras pronunciadas pelo camarada Gérald Cunis, secretário federal de Val d'Oise e pelo camarada Ruben de Car-

valho, seguiu-se uma visita à exposição orientada por Raoul Jean Moulin.

A Festa de «L'Humanité» deste ano constituiu um assinalável êxito político dos camaradas franceses que anunciaram uma afluência de perto de 600 000 visitantes, a inscrição de 8722 novos militantes no PCF e 5920 na Juventude Comunista, além de 3700 assinaturas do órgão central do Partido.

No comício realizado domingo à tarde, o camarada Robert Hue anunciou a apresentação de um candidato comunista às próximas eleições presidenciais e criticou duramente a política de direita do governo Balladur, com especial relevo para as áreas económicas e sociais e onde se destacou o projecto de privatização da Renault contra o qual foram recolhidas durante a Festa mais de 300 000 assinaturas.

A Cidade Internacional, que contou com a presença de cerca de uma centena de delegações, foi profundamente assinalada pela solidariedade com Cuba, não apenas através da própria presença da delegação e stand cubanos, como igualmente de manifestações de apoio presentes em diversos outros stands de organizações do PCF.

Além do camarada Ruben de Carvalho, a delegação do «Avante!» à Festa de «L'Humanité» incluiu a camarada Maria da Conceição Morais, membro do CC, do secretariado da DORS e do Conselho Nacional do MDM, e João Armando Castelo dos Santos, do CC e da Direcção da Organização do PCP na Emigração.

PONTOS

CARTEAIS

«Jardim comedido»

O episódio da demissão de Virgílio Pereira da presidência da Câmara Municipal do Funchal é exemplar e sintomático. Exemplar do que é o poder local na Região Autónoma da Madeira — e assim continuará a ser enquanto a Região estiver sob a dominação do PSD e do seu chefe insular —, onde de facto vale pouco como poder local; sintomático do que acontece dentro das estruturas sob a batuta de Jardim. Fugindo à questão da dívida da autarquia, o ex-presidente da Câmara do Funchal diz ter-se demitido porque foi criticado pelo chefe Alberto João. E, como naquela anedota do pingo da solda, queixa-se, dizendo que Jardim deveria

ser «mais comedido»... Mas Virgílio Pereira não se queixa do modo como as coisas funcionam, apenas de ter sido maltratado. E, «desencantado com a vida político-partidária», vai-se embora.

«Ele (João Jardim) é o marechal do exército regional. Julgo que eu, pelo menos, devia ser brigadeiro», afirmou ao «Diário de Notícias». Afinal é tudo uma questão de posto.

Ora retoma lá!

Recuperando a expressão de um humorista que hoje tem menos graça e mais dinheiro, e aplicando-a a certa imprensa, poderia dizer-se que há jornais que são como os interruptores — umas vezes pra cima, outras vezes pra baixo. É o



caso do «Correio da Manhã», cujo pendor tantas vezes catastrófico parece agora estar a mudar para um optimismo luminoso. Ainda há dias afirmava em alegres e gordas parangonas que a gasolina ia baixar, enquanto os outros periódicos noticiavam que ia aumentar. O optimismo que tomou o «CM» continua em fase de «alta» — na sexta-feira passada, entre uma foto tipo «miss», uma caixa a dizer que os estrangeiros acham os portugueses cruéis para os animais, o anúncio da raspadinha e outras publicidades, sobressaía a manchete a jurar que os «têxteis já estão na retoma» e, por baixo, a garantia de que o «Governo começa a ouvir buzinao». A «retoma» dos têxteis deixa muitas dúvidas. Quanto ao buzinao, parece que o Governo pretende continuar surdo.

Mas o «CM» não desarma. E antontem brindou os leitores com uma novidade: «Vamos ter sobreiros rápidos!» O sobreiro, uma árvore característica deste canto da Península, terá ido fazer um curso aos Estados Unidos. E voltou, ao que parece, para entrar na corrida optimista do «Correio da Manhã», que patrocinará a «Volta»...

Arrumações

Diz-se muito por aí que o PSD anda a arrumar a casa e a fazer contas para garantir mais uma maioria absoluta, embora haja dentro desse partido quem faça contas para o caso de uma relativa derrota, com direito a coligações e ajudas exteriores. Entretanto, segundo o «Semanário», Cavaco prepara-se para fazer «despedimentos» entre os colaboradores, e surgem divergências no Governo, que por exemplo o «Público» anuncia, nomeadamente no que respeita à OPA do BCP sobre o BPA, isto é, sobre o método das Negociatas Bancárias em Curso (NBC). Mas todos podem ficar descansados. Despedimentos destes não deixam ninguém sem emprego. É ver o que tem acontecido aos ministros que Cavaco foi dispensando ao longo dos intermináveis anos que detém na chefia do Governo. Um destes últimos, Couto dos Santos, vai para vice-presidente executivo da AIPortuense, segundo refere o «Diário de Notícias» em discreta informação...

FRASES da SEMANA

«São situações pontuais de grupos de activistas que dificultam e prejudicam todos os cidadãos que pretendem trabalhar.»

« (Jorge Paulo Roque da Cunha, PSD - «Público», 14.09.94)

«Há um grande consenso dos órgãos autárquicos do concelho relativamente à revogação imediata da portaria e ao não pagamento da portagem. Estamos a ser injustiçados e há uma situação discricionária da população da Área Metropolitana de Lisboa relativamente ao resto do país.»

« (Maria Emília de Sousa, Presidente da Câmara de Almada - «Público», 14.09.94)

«Numa situação de crise, resta à direita tentar a transformação dos descontentes contra o actual poder em descontentes contra os partidos e os «políticos», (...) inviabilizar alternativas dentro do regime democrático e procurar (...) abrir caminho para a política dita antipolítica, para o(s) partido(s) dito(s) antipartido(s), para os actuais ou novos líderes que dizem que não o quiseram ser e só o foram porque a «pátria» os chamou contra a sua vontade.»

« (Luís Sá - «Público», 14.09.94)

«A preocupação de Cavaco Silva sobre os custos da regionalização é saudável. Revejo-me nela.»

« (Daniel Bessa, porta-voz do PS para as Finanças - «O Independente», 9.09.94)

«O PSD e o PS são irmãos gémeos. Por um lado, o dr. Cavaco é mais alto, por outro, o eng. Guterres é mais gordo.»

« (José Rabaça - «Diário de Notícias», 9.09.94)

«Reivindico o direito de estar em minoria e ter razão. Declaro solenemente guerra ao consenso.»

« (Sebastião Lima Rego - «Público», 8.09.94)

«(...) não é verdade que a MMM (de José Eduardo Moniz) seja a produtora preferencial da RTP. A CCA, de Carlos Cruz, ultrapassa a MMM em prestação de serviços à estação.»

« (Adriano Cerqueira, director de programas da RTP - «Semanário», 10.09.94)

«Há jornalistas que estão nesta profissão para se governarem e para servirem interesses de certos «lobbies».»

« (José Eduardo Moniz - «TV 7 Dias», 12.09.94)

PONTOS NATURAIS

Visitas especiais

Repórter — Em dois andares vivem 22 pessoas. Há uma casa de banho em cada piso — e há histórias de grande pobreza e sofrimento. Ela tem 34 anos, vive com o marido inválido e 7 filhos numa única divisão. O mais novo tem um ano; o mais velho vai nos 16.

Como é que dormem?

Mulher — Aqui, ficamos três. Aqui são dois. Aqui outros dois e os mais pequeninhos ficam neste colchãozinho no chão.

Repórter — Já tentou mudar para outro sítio?

Mulher — Já me inscrevi, mas não tenho sorte, até já vou desistir, já me inscrevi três vezes.

Repórter — Que dinheiro entra aqui?

Mulher — Meu marido está com vinte, eu estou com dez, se eu for aumentada é para onze, mas ainda sujeita a descontos.

Repórter — Parece que a noite passada tiveram aqui visitas muito especiais...

Mulher — Foram ratos. Esta noite até me assustei. Levantei-me. Eram ratazanas. Tive muito medo, por causa dos pequeninos que dormem no chão. Fico acordada para não chegarem à beira deles, são ratos grandes.

(Reportagem no Canal 1)

Cantiga

*Uma história de chorar
com este céu que nos cobre
de triste, tem sempre o ar
de ser mentira de pobre.*

Não sou cego de nascença
foi arte que eu aprendi
quando um dia percebi
que a desgraça é uma avença.
O rico teme a doença
de não ver garfo e colher
e dá tudo o que puder
para a miséria calar
e afastar que lhe trouxer
uma história de chorar.

Entra o vento na barraca
não há roupa, não há lume
não há reza nem queixume
quando a vida corta à faca.
O cão os pobres ataca
dança a gente a contradança
sobe, sobe na balança
chora, grita e então descobre
que não há qualquer lembrança
com este céu nos cobre.

Lama é o caminho da gente
e até a Lua cortada
tem aspecto de enforcada
numa lágrima de ausente.
Quando nasce uma semente
logo se sente perdida
e, de pasmo e de esquecida,
vinga-se só de sonhar:
alegre nunca é a vida
de triste tem sempre um ar.

Roeram-me a carne boa
deram aos cães os meus ossos
fiquei só com os caroços
dos bens que Deus abençoa.
Mas quem pensa que é à toa
o lado da mansidão
verá um dia que não
verá, se a névoa descobre:
Não passa a resignação
de ser mentira do pobre.

Mário Castrim

Álvaro Cunhal

Acção
 Revolucionária,
 Capitulação
 e Aventura

edições

DOCUMENTOS POLÍTIOS DO PRÉCIO CONSUMISTA PORTUGAL DE 1974-1976

edições
 Avante!

Carlos Carvalhas visita o município de Évora

11 horas

Recepção na Câmara Municipal de Évora

11.45 horas

Visita ao Teatro Garcia de Resende e passeio pelo centro histórico de Évora

12.15 horas

Visita ao Parque Industrial de Évora e às vias de cintura da cidade

12.45 horas

Visita às obras municipais de captação de água de Monte Novo

13.30 horas

Almoço de quadros do PCP, na Adega do Alentejano, em Évora

Quadros de Setúbal debatem revisão constitucional

Sábado, 17 de Setembro, 15 horas

Biblioteca Municipal do Barreiro

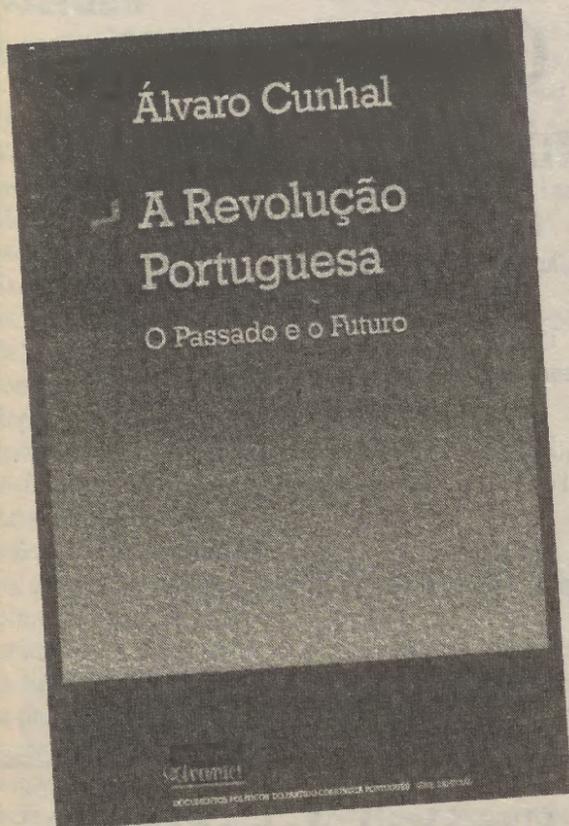
Com Luís Sá, membro da Comissão Política do CC do PCP

Plenário distrital de quadros da Organização Regional de Setúbal, para debater o processo de revisão constitucional, os objectivos mais gravosos contidos nos projectos do PS, do PSD e do CDS, e as propostas do PCP

«Arrumar» a Festa até ao próximo ano...



Continua a bom ritmo a desimplantação da Festa do «Avante!» no belo terreno da Atalaia. Muitos activistas da Festa, aproveitando os últimos e luminosos dias do Verão, por lá têm andado. Desmontando e arrumando criteriosamente os materiais com que se ergueu, durante três dias, uma verdadeira cidade. Há, ainda, porém, muito que fazer. O próximo fim-de-semana vem mesmo a calhar para esse trabalho e convívio na Atalaia.



Álvaro Cunhal A Revolução Portuguesa

O Passado e o Futuro

Pela enormíssima quantidade de dados factuais que reúne e sistematiza, pelo rigor das análises e conclusões que faculta, *A Revolução Portuguesa. O passado e o Futuro* permanece uma obra insuperada de referência e de consulta para o estudo dos dois anos e meio da Revolução portuguesa.

Nesta reedição, publica-se também o artigo que o autor escreveu para a revista *Vértice* com o título «A Revolução de Abril 20 anos depois», o qual não só proporcionará ao leitor uma esclarecedora síntese do processo político português nas duas últimas décadas, mas também contribuirá para que reflita criticamente sobre o que se afirmava em *A Revolução Portuguesa*, constituindo assim como que um prefácio de actualização a esta obra.

Preço: 2500\$00

Desejo receber o livro *A Revolução Portuguesa. O Passado e o Futuro*, de Álvaro Cunhal, à cobrança, acrescido das despesas de porte.

Nome _____

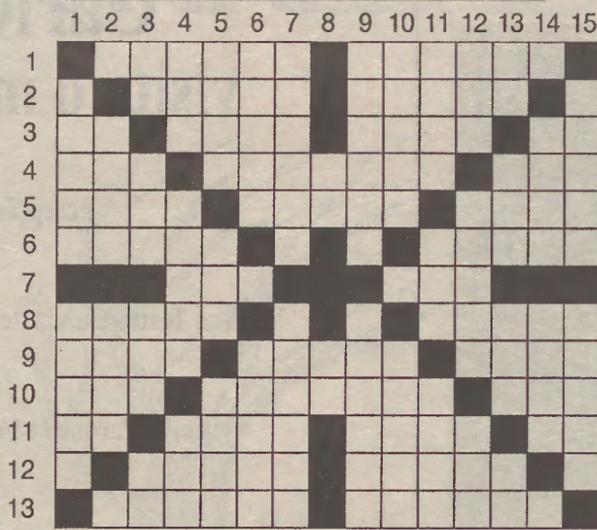
Morada _____

Código Postal _____

Telef. _____

Enviar para Edições «Avante!», SA
Alameda St. António dos Capuchos, 6-B
1100 Lisboa

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 - Sacerdote de uma paróquia; casebre. 2 - Mérito; toma nota. 3 - Amerício (s.q.); planta do pé; toca; cabelo branco. 4 - Discurso laudatório; brilhante; doçura (fig.). 5 - Estímulo; vestígio; armazém de cereais. 6 - Rasteiros; moradia de família nobre. 7 - Enfermidade; víscera dupla. 8 - Passagem natural ou artificial de águas; aborrecem. 9 - Patrões; dispendiosos; esmurra. 10 - Letra grega (pl.); relógio de sol usado pelos antigos romanos; animal para abate. 11 - Suf. de agente; em resumo; erva-doce; mil e cem romanos. 12 - Dar pancadas em; invulgares. 13 - Corporação dos vereadores; planta rasteira, cultivada em horas e jardins (pl.).

VERTICAIS: 1 - Osso par da face; queridos. 2 - Instigador (fig.); paixão. 3 - Avenida (abrev.); áqueles; laços apertados; bário (s.q.). 4 - Chefe etíope; frutos da romãzeira; o tio americano. 5 - Fragrância; tempero; instrumento que serve para marcar os ângulos num terreno. 6 - Adorno feminino; tomar como alimento. 7 - Ermida fora do povoado (pl.); omitira. 8 - Caminhais; batráquio. 9 - Dívida (pop.); branqueara. 10 - Com muita idade; destinos. 11 - Tamanca (prov.); afirmativa; enfeitada com ouro. 12 - Base aérea portuguesa; adições; ribeira portuguesa. 13 - Basta; muitos (fig.); coloração; isolado. 14 - Aposento de um religioso, no convento; parte do lombo da réis, entre a pá e o cachazo. 15 - Temperatura elevada; mastiga.

SOLUÇÃO

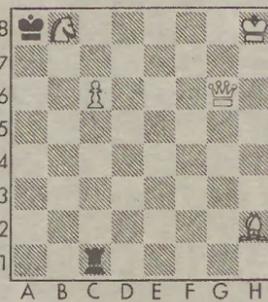
HORIZONTAIS: 1 - Géiser; gazuas. 2 - Ais; sés; mar. 3 - Lota; colar; saca. 4 - Are; romaria; Sor. 5 - Dá; mi; asa; ro; sã. 6 - Romãs; usina. 7 - Sol; eta. 8 - Latas; amora. 9 - Ar; rá; Aar; tá; Ra. 10 - Véu; lâmpada; paz. 11 - Osso; abade; fase. 12 - Ola; aro; mel. 13 - Assara; calada.

VERTICAIS: 1 - Gelado; gaivota. 2 - Ora; rés. 3 - Iate; rol; usos. 4 - Siá; molar; ola. 5 - És; rim; tal; ar. 6 - Co; ara; aa. 7 - Somas; samba. 8 - Celas; apara. 9 - Sarau; arado. 10 - Ri; sim; dé. 11 - Am; Ari; ota; má. 12 - Zás; onera; fel. 13 - Uras; ata; pala. 14 - Cós; rás. 15 - Searas; gazeta.

XADREZ

CDLXXVII - 15 DE SETEMBRO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994X067
Por: LADISLAV KNOTEK
Besedy Lidu, Maio, 1917

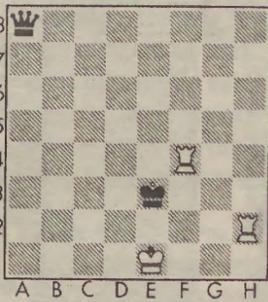
Pr: [2]: Tç1-Ra8
Br: [5]: Pç6-Cb8-Bh2-Dg6-Rh8



Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO Nº 1994X068
Por: JOSEF KLING
Chess Weekly, 1849

Pr: [2]: Da8-Ré3
Br: [3]: Ts.f4, h2-Ré1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXXVII

Nº 1994X067 [L.K.]: 1. d4f4, Ra7; 2. Da4+, Rb6; 3. Cd7

1. ... Ta1; 2. ç7+, Ra7; 3. ç8=C

1. ... Tç6; 2. Dç6+, Ra7; 3. Da6

Nº 1994X068 [J.K.]: 1. Ta4!, D:a4; 2. Th3+, R-; 3. Th4+ e g.

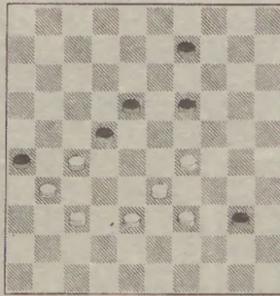
1. ... Dç8; 2. Th3+, D:h3; 3. Ta3+ e g.

A. de M. M.

DAMAS

CDLXXVII - 15 DE SETEMBRO DE 1994
PROPOSIÇÃO Nº 1994D067
Por: DIRK KLEEN
3.º Prémio Grogard, 1935

Pr: [6]: 9-18-19-22-26-40
Br: [7]: 27-29-31-33-37-38-39

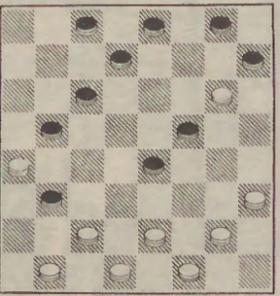


Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1994D068
GOLPE Nº 86

Por: MANUEL ARRENEGA PADEIRO
(ABRANTES)
Fonte: Jornal de Almada, n.º 247/13.IX.1957

1. 12-15, 23-19; 2. 8-12, 28-23; 3. 10-13, 21-18; 4. 5-10, 32-28; 5. 13-17, 19-14; 6. 10-19, 23-14; 7. 1-5, 28-23; 8. 12-16, 22-19; 9. 15-22, 26-19; 10. 17-21, 24-20; 11. 11-15, 19-12 DIAGRAMA.



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº CDLXXVII

Nº 1994D067 [D.K.]: 1. 37-32, (26X28); 2. 29-23, (22X31) { (18X29); 3. 33X4-D, (22X31); 4. 4X36...+; 5. 33X4-D, (19X28); 6. 4X36 (40-45) a; 5. 36-47, (28-33) { (28-32); 6. 38X27 e 7. 47-36+ } 8. 6. 38X29, (45-50-D); 7. 47-33 e 8. 39-34+

a: 4. ... (28-33) { (28-32); 5. 38X27 e 39...+28 e+}; 5. 38-29, (40-45); 6. 36-47 ou 36-4+

Nº 1994D068 [M.A.P.]: 12, 9-13, 18-9; 13, 6-10, 25-18; 14, 10-28, 31-24, 15, 16-23, 27-20; 16, 7-23+

A. de M. M.

FILMES

QUINTA, 15

Porta dos Lilases

«Porte des Lilas» (Fr./It./1957). Real.: René Clair. Int.: Pierre Brasseur, George Brassens, Henri Vidal, Dany Carrel. P/B, 93 min. Ver Destaque. (14.00, TV 2)

O Meu Irresistível Selvagem

«Le Sauvage» (Fr./1975). Real.: Jean-Paul Rappeneau. Int.: Yves Montand, Catherine Deneuve, Luigi Vannucchi. Cor, 105 min. Ver Destaque. (14.20, SIC)

Cocoon, a Aventura dos Corais Perdidos

«Cocoon» (EUA/1985). Real.: Ron Howard. Int.: Don Ameche, Wilford Brimley, Hume Cronyn, Brian Dennehy, Jack Gilford. Cor, 112 min. Ver Destaque. (22.00, Quatro)

O Rapto do Presidente

«The Kidnapping of the President» (Can./EUA/1979). Real.: George Mendeluk. Int.: William Shatner, Hal Holbrook, Van Johnson. Cor, 113 min. «Thriller» Político. (00.15, Canal 1)

SEXTA, 16

Terra de Ambições

«The Sea of Grass» (EUA/1947). Real.: Elia Kazan. Int.: Spencer Tracy, Katherine Hepburn, Robert Walker, Melvyn Douglas. P/B, 118 min. «Western». (14.00, TV 2)

O Último Comboio

«Le Train» (Fr./1973). Real.: Pierre-Granier Deferre. Int.: Romy Schneider, Jean-Louis Trintignant, Nike Arrighi, Régine Julie. P/B, Cor, 100 min. Drama. (14.20, SIC)

Gremlins:

O Pequeno Monstro

«Gremlins» (EUA/1984). Real.: Joe Dante. Int.: Zach Galligan, Hoyt Axton, Frances Lee McCain, Phoebe Cates. Cor, 106 min. Horror / Ficção Científica. (22.00, Quatro)

O Último Pesadelo em Elm Street

«Freddy's Dead: The Final Nightmare» (EUA/1991). Real.: Rachel Talalay. Int.: Robert Englund, Lisa Zane, Shon Greenblatt. Cor, 86 min. Horror. (00.25, Canal 1)

Os Homens

Preferem as Loiras

«Gentlemen Prefer Blondes» (EUA/1953). Real.: Howard Hawks. Int.: Marilyn Monroe, Jane Russell, Charles Coburn. Cor, 91 min. Ver Destaque. (00.45, Quatro)

Conspiração

«Conspiracy» (EUA/1989). Real.: Christopher Barnard. Int.: James Wilby, Gly Houston, Kate Hardie. Cor, 87 min. Drama. (01.10, SIC)

SÁBADO, 17

A Febre Regressa

«The Experts» (EUA/1989). Real.: Dave Thomas. Int.: John Travolta, Arye Gross, Charles Martin Smith, Kelly Preston. Cor, 83 min. Comédia. (15.00, SIC)

A Mulher-Modelo

«Designing Woman» (EUA/1957). Real.: Vincent Minnelli. Int.: Gregory Peck, Lauren Bacall, Dolores Gray, Sam Levene. Cor, 113 min. Ver Destaque. (15.15, Canal 1)

Perseguição Solitária

«Le Solitaire» (Fr./1987). Real.: Jacques Deray. Int.: Jean-Paul Belmondo, Michel Baune, Michel Creton, Frank Ayas. Cor, 93 min. Policial. (20.30, TV 2)

Um Belo Dia de Verão

«Guling Jie Shaonian Sha Ren Shijian» (Taiwan/1991). Real.: Edward Yang. Int.: Zhang Guozhu, Elaine Jin, Zhang Zhen. Cor, 181 min. Ver Destaque. (23.45, TV 2)

Armadilha Fatal

«52 Pick-Up» (EUA/1986). Real.: John Frankenheimer. Int.: Roy Scheider, Ann-Margret, Vanity,

Harry Mitchell. Cor, 110 min. «Thriller» Policial. (00.20, SIC)

Correntes

«Streamers» (EUA/1983). Real.: Robert Altman. Int.: Matthew Modine, Michael Wright, Mitchell Lichtenstein. Cor, 113 min. Ver Destaque. (00.45, Quatro)

Quase Grávida

«Almost Pregnant» (EUA/1991). Real.: Michael DeLuise. Int.: Ranya Roberts, Jeff Conaway, John Calvin, Dom DeLuise. Cor, 90 min. Comédia. (02.00, Canal 1)

DOMINGO, 18

Ana e as suas Irmãs

«Hannah and her Sisters» (EUA/1986). Real.: Woody Allen. Int.: Woody Allen, Michael Caine, Mia Farrow, Carrie Fisher, Barbara Hershey, Lloyd Nolan, Maureen O'Sullivan, Daniel Stern, Max von Sydow, John Turturro. Cor, 102 min. Ver Destaque. (14.30, SIC)

Gente Gira

«Funny People II» (Áfr. Sul). Real.: Jamie Uys. Cor, 95 min. «ApANHADOS». (16.00, Quatro)

Tonya e Nancy:

o Escândalo

«Tonya e Nancy: The Inside Story» (EUA/1994). Real.: Larry Shaw. Int.: Alexandra Powers, Heather Langenkamp, James Wilder. Cor, 90 min. Drama. (22.30, Quatro)

Nosferatu,

o Fantasma da Morte

«Nosferatu: Phantom der Nacht» (RFA/Fr./1979). Real.: Werner Herzog. Int.: Klaus Kinski, Isabelle Adjani, Bruno Ganz. Cor, 103 min. Ver Destaque. (22.50, TV 2)

O Buraco da Agulha

«Eye of the Needle» (Gr. Br./1981). Real.: Richard Marquand. Int.: Donald Sutherland, Stephen MacKenna, Philip Martin Brown. Cor, 109 min. Ver Destaque. (00.25, Canal 1)

A Família Robinson

«Swiss Family Robinson» (EUA/1960). Real.: Ken Annakin. Int.: John Mills, Dorothy McGuire, James MacArthur. Cor, 98 min. Telefilme Dramático. (Quatro)

SEGUNDA, 19

A Regra do Jogo

«La Règle du Jeu» (Fr./1939). Real.: Jean Renoir. Int.: Marcel Dalio, Nora Grégor, Jean Renoir, Milla Parely, Gaston Modot. P/B, 108 min. Ver Destaque. (14.20, SIC)

Fúria Silenciosa

«The Punisher» (Austrália/EUA/1988). Real.: Mark Goldblatt. Int.: Dolf Lundgren, Louis Gossett, Jr., Jeroen Krabbe. Cor, 100 min. Policial. (22.20, SIC)

TERÇA, 20

Uma Francesinha em Nova Iorque

«The Rage of Paris» (EUA/1938). Real.: Henry Kostler. Int.: Danielle Darrieux, Douglas Fairbanks, Jr., Mischa Auer. P/B, 75 min. Comédia Romântica. (14.20, SIC)

QUARTA, 21

A Hora da Felicidade

«Pot o'Gold» (EUA/1941). Real.: George Marshall. Int.: James Stewart, Paulette Goddard, Horace Heidt. P/B, 83 min. Comédia Musical. (14.20, SIC)

Jovem Procura Companheira

«Single White Female» (EUA/1992). Real.: Barbet Schroeder. Int.: Bridget Fonda, Jennifer Jason Leigh, Steven Weber. Cor, 103 min. «Thriller». (21.30, Quatro)

Nota: a Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

PROGRAMAÇÃO

Quinta, 15

CANAL 1

- 08.00 Garfield
08.30 Charlie Brown
09.00 Uma Boleia Até...

CANAL 2

- 12.00 Infantil
13.00 Os Caminhos da Arte
14.00 Porta dos Lilases

SIC

- 12.00 Tropicante
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola



"A Casa de Elliot", uma nova série de origem britânica na SIC

- 19.25 O Juiz Decide
20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia

QUATRO

- 10.00 Lumen 2000
11.00 Animação
11.40 Já Tocou

Sexta, 16

CANAL 1

- 08.00 Garfield
08.30 Charlie Brown
09.00 Uma Boleia Até...

TV 2

- 12.00 Infantil
13.00 Portugal e o Mar
14.00 Terra de Ambições

SIC

- 12.00 Tropicante
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola



Judy Collins em concerto: 6ª, TV2, 23.50

- 20.00 Jornal da Noite
20.40 Mulheres de Areia
21.40 Mini Chuva de Estrelas

QUATRO

- 10.00 Lumen
11.00 Animação
12.00 Já Tocou

Segunda, 19

CANAL 1

- 08.00 Viver a Manhã
09.25 Rua Sésamo
10.00 Viver a Manhã

TV 2

- 12.00 Infantil
13.30 Desporto
14.30 Trio (Longa-metragem)

TV 2

- 09.00 Caminhos
10.00 Novos Horizontes
10.30 70 x 7

SIC

- 11.30 Programa Infantil/Juvenil
13.15 Portugal Radical
13.30 Vida Selvagem

SIC

- 12.00 Tropicante
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola

QUATRO

- 11.30 Quatro Ventos
12.05 O Justiciero
13.00 Já Tocou

Terça, 20

CANAL 1

- 08.00 Viver a Manhã
09.25 Rua Sésamo
10.00 Viver a Manhã

TV 2

- 12.00 Infantil
13.30 TV2 Desporto
14.30 Quartet (Longa-metragem)

SIC

- 12.00 Tropicante
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
12.00 O Justiciero
13.00 Já Tocou



"Sangue do meu Sangue", com Tom Berenger e John Cassavettes: 3ª à noite, na SIC

Quarta, 21

CANAL 1

- 08.00 Viver a Manhã
09.25 Rua Sésamo
10.00 Viver a Manhã

TV 2

- 12.00 Infantil
13.00 Universidade Aberta
13.30 TV2 Desporto

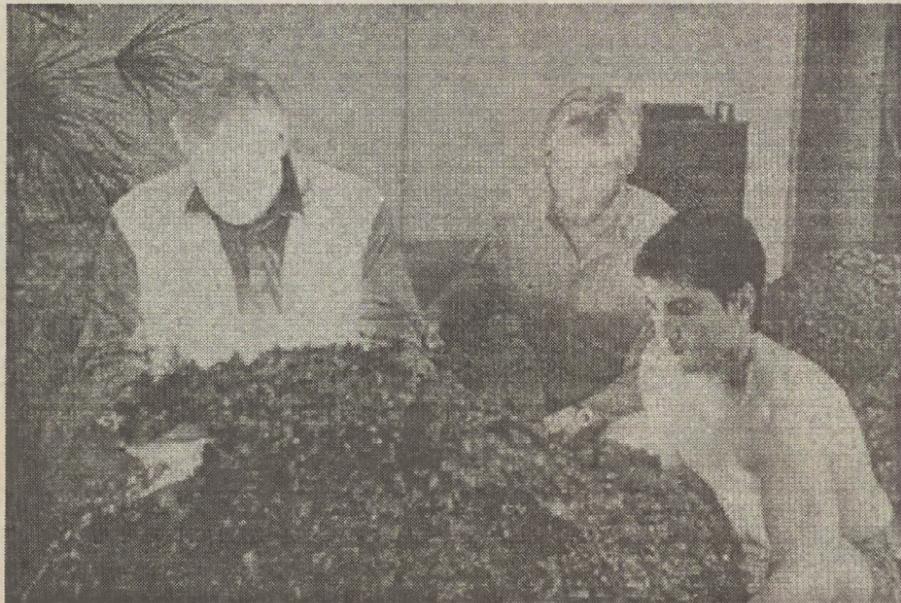
SIC

- 12.00 Tropicante
13.00 Notícias
13.20 Os Donos da Bola

QUATRO

- 11.30 Lumen 2000
12.00 O Justiciero
12.30 Já Tocou

Por isto e por aquilo...



Brian Dennehy, Mike Nomad e Tyrone Power, Jr., em «Cocoon», de Ron Howard

Porta dos Lilases (Quinta, 14.00, TV 2)

Crónica parisiense mergulhando frequentemente num pitoresco artificial que hoje não resiste a uma visão mais exigente, Porta dos Lilases está longe de figurar entre as melhores obras de mestre René Clair, dela se salvando, sobretudo, as canções de um injustamente esquecido poeta da música - George Brassens.

O Meu Irresistível Selvagem (Quinta, 14.20, SIC)

Comédia por vezes tão irresistível como o «selvagem» do título, este filme de Rappeneau conta-nos a história de um francês que cultiva legumes numa ilha deserta na América do Sul para onde se evadiu do stress industrial da grande cidade europeia e que por ali esbarra com uma jovem acabada de romper um noivado e que vê nele uma hipótese para todas as aventuras. Com Yves Montand e Catherine Deneuve, ambos em grande forma.

Cocoon, a Aventura dos Corais Perdidos (Quinta, 22.00, Quatro)

Filme de ficção científica em tom de por vezes deliciosa comédia, Cocoon é a história de uma comunidade de idosos reformados, em St. Petersburg, na Flórida, que descobrem uma fonte de rejuvenescimento que os transporta ao planeta Antares... Para além da magia da atmosfera do filme, cujos efeitos especiais por vezes evocam Encontros Imediatos de Terceiro Grau, muito do que é maravilhoso neste filme é-nos transmitido pelas presen-

casando de imediato. Mas, de regresso a Nova Iorque, ambos cedo descobrem que pertencem a dois mundos muito diferentes - e é aí que começam todos os sarilhos... Gregory Peck e Lauren Bacall não podiam ser melhor escolhidos para os dois principais papéis.

Um Belo Dia de Verão

(Sábado, 23.45, TV 2)

Nascido em 1947 em Xangai, mas tendo sido levado com a família para a Formosa apenas com dois anos de idade, Edward Yang, realizador deste filme inédito entre nós, é hoje classificado (juntamente com Hou Hsiao-Hsien) como uma das mais importantes figuras do novo cinema de Taiwan, sendo considerado pela crítica europeia pró-

Robert Altman, o realizador do filme, aceitando o desafio da adaptação da peça teatral, em vez de escolher a solução mais fácil - introduzir cenas extra filmadas em exteriores - opta por rodar o filme praticamente num único cenário, o que lhe confere um ambiente de clausura e intensidade dramática por vezes verdadeiramente insuportável. Uma poderosa encenação e direcção de actores, a maioria dos quais desconhecidos, transforma este filme num momento televisivo a não perder.

Ana e as Suas Irmãs

(Domingo, 14.30, SIC)

Igualmente a não perder é, mais uma vez, a visão de uma das melhores obras de Woody Allen. Tal como Manhattan e Annie Hall, Ana e as Suas Irmãs é um poema cinematográfico às encruzilhadas e contradições

Nosferatu, o Fantasma da Morte

(Domingo, 22.50, TV 2)

Outro filme a mercer uma visão atenta, num fim-de-semana particularmente recheado de bom cinema, é esta versão de Werner Herzog do mundo do Conde Drácula - uma das personagens mais interpretadas, estudadas e recriadas de toda a História do Cinema. Aqui, Herzog procura fazer uma homenagem evocativa à obra-prima de Murnau (1922) mas certa crítica, com exacerbada violência que não excluía algumas fortes razões, não lhe perdoou o que considerou o plágio em que o realizador terá caído - mais do que a evocação que terá inicialmente pretendido.

O Buraco da Agulha

(Domingo, 00.25, Canal 1)

Trata-se da história de um espião nazi - conhecido por Needle - há longo tempo destacado para a Inglaterra para averiguar a evolução dos preparativos da invasão da França ocupada pelas tropas aliadas. Mas o filme, ao contrário do esquema habitual no género, não envereda pelas sequências espectaculares, antes decorre num tempo deliberadamente lento que corresponde à intenção do realizador em estudar o carácter psicológico e os antecedentes do percurso pessoal deste espião, o qual, mais do que convicto nazi, se apresenta como um competente e implacável funcionário que se comporta friamente perante as situações que vai



Uma cena de «Correntes», de Robert Altman

dos amores e de uma cidade - Nova Iorque - construído como uma tragicomédia em episódios, com pequenas histórias cruzadas entre os membros de uma família de gente ligada ao espectáculo que começamos a conhecer e a tentar compreender durante um típico jantar do Dia de Acção de Graças. A partir daí, Woody Allen dá largas à sua fina ironia mas também ao seu agudo sentido crítico, como sempre colocando-se do «lado de fora» do observador, por vezes impiedoso com os outros mas também consigo próprio - representando, aliás, mais uma impagável figura de hipocondríaco «executivo» de TV, sempre perseguido pelo medo da morte e da doença. Mas as outras grandes figuras do filme são as desempenhadas por Michael Caine (num dos mais memoráveis papéis) e, ainda, por Barbara Hershey e Carrie Fisher. Imprescindível.

encontrando e os seus protagonistas de ocasião. Uma grande interpretação de Donald Sutherland.

A Regra do Jogo (Segunda, 14.20, SIC)

É, sem sombra de dúvida, a obra-prima da semana: uma fantasia dramática à maneira dos libretos de ópera de Beaumarchais, em que Renoir faz um estudo fortemente irónico da burguesia nas vésperas da guerra, imaginado mais como um divertimento do que como um manifesto de crítica social - embora não deixe de funcionar como tal. E é o enfrentamento de dois mundos - o dos grandes senhores e o dos seus servos - que vemos retratado e encenado com a genialidade de um grande cineasta, numa obra ao seu tempo incompreendida e maldita e que, depois de ter sofrido inúmeras mutilações e proibições (primeiro, julgada como «desmoralizadora» pelo Governo de Vichy, depois, proibida pelo ocupante nazi), constitui hoje, depois de restaurada em 1952, um filme de culto.

Nota: até à hora do fecho da presente edição do «Avante!» não recebeu a Redacção em tempo útil, por parte do Gabinete de Imprensa da RTP, os Boletins de Informação relativos à programação do Canal 1 e da TV2 para a semana de 19 a 25 do corrente - pelo que nos é totalmente impossível desenvolver qualquer informação sobre os filmes desses canais correspondentes aos primeiros três dias do período (19, 20 e 21), abrangidos por este número. Esta falha é completamente alheia à nossa responsabilidade.



Donald Sutherland e Kate Nelligan, em «O Buraco da Agulha», de Richard Marquand

tações admiráveis de alguns velhos intérpretes de Hollywood, entre os quais Jessica Tandy (há dias desaparecida) e, sobretudo, Don Ameche, que alcançou com este filme o Oscar para o Melhor Actor Secundário.

Os Homens Preferem as Loiras

(Sexta, 00.45, Quatro)

Que dizer mais sobre este clássico da comédia cinematográfica americana do que aconselhar vivamente a sua enésima visão? Não será de facto a primeira vez que nos confrontaremos com um dos papéis mais inesquecíveis de Marilyn Monroe, nem com a companhia irresistível de Jane Russell, ambas na pele de duas bailarinas-cantoras de cabaret prontas a desencadear paixões, se possível nos corações de jovens milionários... Mas chame-se a atenção, desta vez, para a réplica desarmante de Lorelei (Marylin) para o pai de Gus (o jovem milionário): «Não é pelo dinheiro dele que quero casar com Gus, mas pelo seu...» Entre as várias e maravilhosas canções da dupla Leo Robin-Jule Styne, o destaque vai seguramente para essa pequena «obra-prima» do cinema musical - Diamonds Are a Girl's Best Friend.

A Mulher-Modelo (Sábado, 15.15, Canal 1)

Imaginada e rodada à maneira das comédias americanas anteriores à guerra, A Mulher-Modelo é, por isso mesmo, fiel ao «modelo» original - e uma das melhores encenadas por mestre Minnelli. Um jornalista desportivo, que faz uma reportagem sobre os bastidores corruptos do boxe, encontra uma sofisticada desenhadora de moda e ambos se sentem atraídos um pelo outro,

ximo de Antonioni. Mas a original linguagem cinematográfica de Yang reflecte uma mescla entre as influências ocidentais (ele próprio estudou cinema nos EUA) e as da antiga pintura chinesa, o mesmo acontecendo com a própria temática dos seus filmes - como este Um Belo Dia de Verão em que ele recorda e recria os tempos da adolescência na Taiwan dos anos 60.

Correntes

(Sábado, 00.45, Quatro)

Com argumento inspirado na peça homónima de David Rabe, Correntes é um dos mais intensos filmes dramáticos tendo como pano de fundo a Guerra do Vietname - neste caso abordando com extrema cruza as vésperas de um grupo de jovens soldados e oficiais numa caserna do exército antes de partirem para o conflito. Mas



Um fotograma de «A Regra do Jogo», de Jean Renoir

■ Francisco
Costa

Despedidas de Verão...

«Creio que as televisões só têm vantagem em deixar o mercado funcionar. Nenhuma delas, por si, pode aspirar a concentrar a criatividade e a conciliar bons meios de produção com bons preços. Daí ser inteligente e inevitável o recurso ao exterior, isto é, ao mercado das produções independentes.»
(José Eduardo Moniz, ex-director da RTP - «Sete», 07.09.94)

Quando, há duas semanas, aqui vos deixámos algumas esperanças notas sobre a muito agradável surpresa que tem constituído a transmissão, no «horário nobre» do Canal 1, do «Pátio da Fama» - um simples ideia de televisão que, apenas por apostar na criatividade dos concorrentes e aproveitar da forma mais eficaz as qualidades didácticas e, em geral, a sensatez e inteligência dos membros do júri, sem dúvida se configura hoje como um dos melhores (se não dos únicos) programas de produção nacional merecedores de reconfortante fruição -, evitámos propositadamente «manchar» a referência a todos os seus aspectos positivos com uma incontornável reserva de fundo que, ao mesmo tempo, ele nos suscita: a circunstância de se tratar de um programa realizado com meios de produção externos à RTP.

É que o justo sublinhar das indesmentíveis qualidades de produção a que, nessa emissão, semanalmente assistimos não pode, entretanto, deixar-nos indiferentes quanto a essa outra tendência que parece marcar cada vez mais a estratégia dos responsáveis pelo nosso «serviço público» de televisão: deixar desocupados e inactivos os seus profissionais e as suas estruturas - justamente alimentadas por avultados investimentos do Estado e sobejamente apetrechadas para qualquer tipo de produção de qualidade - para, numa atitude de verdadeira demissão, cada vez mais privilegiar as encomendas de «produtos televisivos» dos mais diversificados géneros a produtoras independentes, numa percentagem que jamais se verificara anteriormente.

Significa isto que, ao mesmo tempo que é sintomático o frequente surgimento nos nossos televisores de uma curiosa legenda que nos dá conta de um chamado Departamento de Tratamento de Programas Estrangeiros (!), aquela estratégia corresponde, paralelamente, aos vários sinais que apontam para a confirmação da tendência para reestruturar (agora diz-se «agilizar»...) internamente a RTP, com tudo o que isso poderia representar em termos de despedimentos ou outros esquemas de dispensa dos seus trabalhadores. E se há muito era claro que estes planos se inserem na perspectiva mais geral do Poder instalado - traçada, há vários anos, por governos de outras cores, e agravada em elevado extremo no longo consulado dos Governos laranja - de criar condições objectivas e subjectivas para o paulatino desmantelamento das «empresas públicas» tendente, nuns casos, a fazê-las pulverizar e mesmo desaparecer ou, noutros casos, a proceder à sua total ou parcial privatização a prazo, é agora ainda mais evidente, também aqui, que os executores privilegiados de uma tal política são

os seus homens de mão, transformados em gestores ou quadros superiores de direcção por si nomeados e colocados ou tacitamente deixados com rédea solta.

Como poderão entender-se de outro modo as escandalosas negociações recentemente vindas a público e protagonizadas por um ex-quadro superior da RTP, como José Eduardo Moniz - o principal arquitecto de uma estratégia partindo do interior da 5 de Outubro e que, ao mesmo tempo, preparou o terreno favorável de que agora vai usufruir, como produtor externo?! As reveladoras declarações públicas do mesmo Moniz (de que acima citamos um excerto) tornam agora mais transparentes e despidos os verdadeiros objectivos de toda a manobra e, para além da falta de ética e dignidade profissional que revelam, procuram ainda estabelecer a confusão, ao empregar o termo «televisões» no plural.

Na realidade, é totalmente desadequado colocar no mesmo barco

e submeter aos mesmos critérios, estruturas e empresas com finalidades e objectivos tão diferentes entre si. E, mesmo sendo admissível que o mercado audiovisual se desenvolva no sentido de criar postos de trabalho e estimular alternativas que não resultem meramente artificiais, então que se cometa o «desafio» dessa capacidade de iniciativa precisamente aos «canais privados» - que não podem continuar a disfarçar a sua actividade lorp de apenas desenlatar péssimos programas estrangeiros - e nunca ao «serviço público» de televisão cuja função deverá ser qualitativamente muito diferente.

Um panorama negro

Julgamos, assim, que se antevêm nuvens ainda mais carregadas no panorama audiovisual português, no que toca ao futuro próximo da oferta televisiva que se perfila em vésperas do arranque das novas «grelhas».

Para hoje apenas falarmos no caso da RTP, as incidências internas e externas e as guerrilhas desencadeadas a propósito das transmissões de futebol apontam para a alternância dessas transmissões tanto no Canal 1 como na TV 2, pontualmente estabelecida em função da oferta dos privados e até na decorrência de uma inversão estratégica dos dois canais públicos, já que a anterior revelou engendrar alguns efeitos perversos de concorrência interna.

Mas, sendo certo que, para desgraça do espectador, o Canal 1 continuará a privilegiar o tipo de programação de entretenimento que apenas consegue rever-se na proliferação de telenovelas, concursos, obras menores e «popularuchas» de ficção, entendidas como de massificante consumo, e outros produtos concebidos à base do mais rasteiro sensacionalismo, não é ainda claro que a actual direcção de programas tenha, por exemplo, uma política definida para uma TV 2 pelo menos alternativa.

Alguns sinais dessa indefinição - que ao mesmo tempo constituem um sintoma da indiferença e do desprezo face a uma qualquer fidelização de público ou à própria qualidade, por vezes elevada, dos programas que a espaços oferece - têm nos últimos tempos sido claramente patentes. Seja na constante dispersão dos dias destinados a tal ou tal linha de programação, seja na ignorância total das «pérolas» que acaso lhe caem nas mãos.

Assim - e apenas para citar alguns exemplos recentes - perante o caos e os constantes atrasos e alterações com que todos os dias deparam, quantos espectadores foram mobilizados para assistirem à espantosa criação de Maria do Céu Guerra, na passada segunda-feira, da versão televisiva de «Calamity Jane», já levada à cena pelo grupo teatral A Barraca e agora disponível a muitos milhares de potenciais espectadores? E que dizer da falta de qualquer nota indicativa, nos Boletins de Informação da RTP dirigidos à imprensa, acerca do recente e notável documentário sobre o Pós-Modernismo? Ou da idêntica e escandalosa falta de pistas sobre uma invulgaríssima adaptação televisiva da *talky play* «Estranho Interlúdio», de Eugene O' Neill, com fabulosas interpretações de Glenda Jackson, David Dukes, Rosemary Harris ou Kenneth Branagh, produzida em associação com a prestigiada American Playhouse e (ironia das ironias) subsidiada pelas estações de televisão públicas norte-americanas?!

Por este caminho - e não sendo previsível uma inversão destas tendências - sem dúvida que pouco haverá a esperar de bom, por parte da RTP, para a temporada televisiva que vai começar.

Até quando?



... e ameaças de Inverno

«Espero que a RTP continue a liderar a todos os níveis: "share", global e programas. Digo isto com convicção, porque sei o produto que tenho, e que é muito bom.»

(Adriano Cerqueira, director de programas da RTP
«Expresso-Revista», 10.09.94)

«Comprámos uma telenovela mexicana que vai começar a ser exibida à hora de almoço. Não me parece que o produto seja assim tão mau.»

(idem)

«Mudou a consciência de que o futebol é um produto que nos interessa colocar no Canal 1.»

(idem)

«Eu não posso contrariar as tendências generalizadas.»

(idem)

«A RTP é uma empresa demasiado grande, com vícios acumulados, e que precisa de ser agilizada.»

(idem)

«Sem querer ser triunfalista ou estar a adoptar uma atitude de arrogância, acho que o nosso projecto de trabalho aponta para sermos o primeiro canal.»

(Emídio Rangel, director de programas da SIC
- «Sete», 07.09.94)

«Hoje há outro tipo de concursos, com mais acção, com outra riqueza de produção. Nós estamos a trabalhar alguns produtos dessa natureza e alguns vão surgir já nos próximos meses.»

(idem)

«(...) a televisão só tem sentido como *media* se for massificante.»

(idem)

«A emissão de programas em que as pessoas têm protagonismo é um avanço que a SIC fez em termos estratégicos e que resultou em cheio.»

(idem)

«É criticável que esses críticos observem o fenómeno televisivo através de uma matriz que é claramente literária, livresca, decorrente da lógica de Gutenberg.»

(idem)

«É esse tipo de jornalismo que nem sempre é apreciado pelos críticos ou alguns meios intelectuais, que têm dificuldade em perceber o fenómeno televisivo e a cultura audiovisual.»

(idem - «Expresso-Revista», 10.09.94)

«As condenações da AACS dizem-me pouco. É uma instituição que já devia ter acabado.»

(idem)

«A nossa aposta é a produção nacional concentrada no "prime-time"»

(Condorcet Costa, director de programas da TVI
- «Expresso-Revista», 10.09.94)

«Se na selecção dos temas para o "Perdoa-me" forem tidos em conta determinados aspectos, se eu contribuir para unir uma família, então posso ter "Perdoa-me" na minha programação.»

(idem)

«Evidentemente (sou cristão)»

(idem)

de FOICE

Já buzina...

Afirmado-se "subaproveitada" pela RTP (onde trabalha há 16 anos), a jornalista Manuela Moura Guedes bateu com a porta e assinou um contrato com a TVI.

É um caso de filosofia familiar: o marido, José Eduardo Moniz, saiu também de director da RTP para melhor ser aproveitado. Com uma diferença: aproveitou-se ali mesmo, como produtor da televisão estatal, trocando meia dúzia de ideias por 700 mil contos.

Todavia, este "contrato-relâmpago" da Manuela com a televisão católica deixou escombros nada canónicos. Conta o "Expresso" que a RTP, após recusar a pretensão da jornalista em receber um "cachet" extra pela continuação do seu antigo programa "Raios e Coriscos" (justificando, aliás com razão, "não ser normal os funcionários receberem outros pagamentos além do vencimento"), lhe vetou, igualmente, a apresentação do Telejornal porque "seria imoral retirar Rodrigues dos Santos e Judite de Sousa" (palavras de Manuel Rocha, director de Informação da RTP).

Como estava virado para a moral, Manuel Rocha esclareceu ainda que a demissão do jornalista Paulo Lavadinho do cargo de editor de política da RTP estava "a ser empolada", desmontando, com assinalável originalidade, algumas das acusações por este formuladas.

Em relação à entrevista do ministro Marques Mendes por ocasião da assinatura de um acordo audiovisual com Cabo Verde, transmitida uma semana depois e à revelia de Lavadinho, explica o Rocha que "como queríamos que o ministro falasse de cooperação num contexto mais amplo, transmitimos a entrevista quando nos chegaram mais reportagens de Cabo Verde".

Que diabo, o Lavadinho até tem razão: se o objectivo era inserir o Marques Mendes, talvez não fosse necessário um "contexto" tão amplo. Com aquele tamanho, o homem precisava, mesmo, duma semana para caber lá dentro?!... Quanto à segunda reportagem com transmissão denunciada por Lavadinho - a de uma feira de artesanato cujo interesse mais visível era a presença do ministro Fernando Nogueira - responde, esmagadoramente, o Rocha que "não foi por causa do ministro, mas pelo artesanato".

É evidente. Aliás, as dezenas de feiras de artesanato que, por esse País fora, se realizam sem a presença da televisão estatal já reconheceram, precisamente, que "não é por causa da RTP, mas do ministro que não foi lá". Mas o Rocha também sabe contra-atacar. Perante a acusação, feita pelo PS, de "governamentalização" da RTP a propósito do "caso Lavadinho" e da nomeação para coordenador dos noticiários diários de Paulo Fidalgo, que, até há pouco, era assessor de Fernando Nogueira, responde o novo comissário do PSD na televisão estatal: "O Paulo Fidalgo foi assessor há quatro anos, na mesma altura em que Paulo Lavadinho era assessor da ministra Leonor Beza, além de redactor do 'Povo Livre' e o PS nunca protestou".

Pois não, mas isso já é costume. Infelizmente, os protestos do PS têm, demasiadas vezes, mais a ver com o PS que com o protesto...

Como se vê, reina a moral na televisão cavaquista. Nela, a filosofia de todas as Manuelas, Monizes ou Rochas é subir à custa do Estado. É por isso que o País está neste estado.

Mas já buzina, mas já buzina...

■ HC

Ponte 25 de Abril

Utentes em marcha lenta até cedência do Governo

Uma nova forma de protesto parece ter nascido entre os utentes da Ponte 25 de Abril após os acontecimentos de terça-feira que relatamos nas páginas oito e nove desta edição do «Avante!»: de facto, para além do "buzinão" constante, o trânsito ontem de manhã na ponte 25 de Abril estava congestionado nos dois sentidos, com muitas pessoas fora dos automóveis nos locais onde a circulação estava impedida. O motivo é que os automobilistas parecem ter decidido efectuar uma espécie de "greve de zelo", circulando a uma velocidade inferior ao obrigatório na ponte - 40 quilómetros por hora - perante a impotência do dispositivo policial que, resignadamente, se estendia ao longo da quinta via da ponte observando a lenta marcha e, de vez em quando, solicitando em vão a aceleração.



Está pois para continuar esta luta entre utentes da ponte 25 de Abril e o Governo que, pelas declarações até ontem expressas, parece querer manter contra tudo e contra todos uma posição de intransigência nesta matéria.

Durante os acontecimentos da manhã de terça-feira, a polícia deteve e mandou apresentar a Tribunal nove indivíduos. À tarde, o protesto de mais de três centenas de pessoas à porta do Tribunal de Almada, onde deviam decorrer os julgamentos dos detidos na Ponte 25 de Abril, culminou em mais uma detenção de uma pessoa que, bruscamente, foi arrastada por um agente da PSP para dentro de uma carrinha da polícia por alegadamente protestar de viva voz.

Para o tribunal de Almada, foram deslocados mais de duas dezenas de agentes da PSP que barraram a entrada a jornalistas e populares.

O juiz não ouviu os detidos e os casos seguirão para inquérito, tendo o Ministério Público promovido a acusação de incitamento à revolta a Libano Ganchinho, um detido que deixou o tribunal por entre aplausos das centenas pessoas

que se concentraram junto ao tribunal e um enorme "buzinão".

Ambiente de euforia e vitória

À porta do edifício, o ambiente passou da contestação à euforia e, às manifestações de júbilo dos populares juntaram-se as dos automobilistas que bloqueiam a zona com um ruído "buzinão".

No mínimo "curiosas" é como se podem classificar as

Reunião

À hora de encerramento da nossa edição, decorre no Centro de Trabalho do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes, uma importante reunião com a participação do Secretário-Geral do Partido, Carlos Carvalhas, de dirigentes das Direcções das Organizações Regionais de Lisboa e Setúbal, de deputados e do Presidente da Junta Metropolitana de Lisboa, sobre a evolução dos acontecimentos na Ponte 25 de Abril.

posições do PSD e do Governo face a este problema e face às dimensões que ele tomou. "Situações pontuais de grupos de activistas que dificultam e prejudicam todos os cidadãos que pretendem trabalhar" foi como terça-feira o Secretário-Geral Adjunto do PSD, Jorge Paulo Roque da Cunha, classificou o protesto de milhares de cidadãos, acrescentando que "o governo tem agido visando apenas repor a vida normal e

O ministro da Administração Interna, Dias Loureiro, disse às estações de televisão que o "governo apenas fez cumprir a lei através das forças de segurança" e citou a propósito uma norma decretada por um Governo de Mário Soares a esse propósito. Ferreira do Amaral, o ministro directamente responsável pelas portagens que se cobram na ponte, pura e simplesmente não falou. Finalmente, Nunes Liberato, o Secretário-Geral do PSD, pediria, em vão, a todos os que estão contra o protesto que fizessem um "contraprotesto ligando os quatro "piscas" dos automóveis.

A verdade é que durante o dia de ontem, os buzinhos, filas de automóveis em marcha lenta (a chegar aos cinco quilómetros/hora), pagamentos complicados na portagem, fizeram com que as demoras nos dois sentidos da ponte fossem mais que muitas. Ver alguém a corresponder ao apelo de Nunes Liberato é que terá sido tarefa impossível.

defender o direito de todos os que pretendem trabalhar para angariar o sustento".

PCP contra a arrogância

O PCP considera que "a intransigência e arrogância do governo são os únicos responsáveis pelos prejuízos causados aos utentes e à economia nacional" em situações como a verificada terça-feira na Ponte 25 de Abril.

Em comunicado, o PCP salienta que a amplitude das formas de protesto de novo verificadas na Ponte 25 de Abril "confirma que continua bem vivo o descontentamento dos utentes e a sua firme e persistente oposição aos aumentos e ao pagamento das portagens".

Para os comunistas, os acontecimentos representam "uma nova e clara derrota do governo".

"Os habitantes da margem sul não podem continuar a ser duramente penalizados pela necessidade da travessia do Tejo, sendo completamente ilegítimo que se pretenda sobre eles descarregar os encargos da construção da nova ponte", afirma o PCP.

Para os comunistas, a abolição dos aumentos da portagem com a perspectiva da abolição da própria portagem é uma "exigência democrática de primeiro plano reconhecida e apoiada pelos utentes e pela generalidade dos cidadãos que só a cegueira e o autoritarismo do Governo PSD/Cavaco Silva teimam em ignorar".

No comunicado o PCP refere que vai exigir a presença do Ministro das Obras Públicas na Assembleia da República e que, logo que esta tenha reiniciado os seus trabalhos, tudo fará para que seja prioritariamente agendado para debate o seu projecto de abolição da portagem na Ponte 25 de Abril.

